



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA MARÍLIA VIEIRA LUCAS

**MULHERES DE “CANISTAS”:
UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO EM
FAMÍLIAS DE MIGRANTES**

**CAMPINA GRANDE – PB
2013**

MARIA MARÍLIA VIEIRA LUCAS

**MULHERES DE “CANISTAS”:
UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO EM FAMÍLIAS DE
MIGRANTES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, para obtenção do título de Mestra.

Área de concentração: Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas.

Orientadora: Marilda Aparecida de Menezes.

**CAMPINA GRANDE – PABAÍBA
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA

MARIA MARÍLIA VIEIRA LUCAS

**MULHERES DE “CANISTAS”:
UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO EM FAMÍLIAS DE
MIGRANTES**

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Campina Grande, como parte
das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, para
obtenção do título de Mestra.**

APROVADA: _____ de _____ de 2013.

Prof^ª Dr^ª Marilda Aparecida de Menezes (UFMG)
(Orientadora)

Prof^ª Dr^ª Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)
(Examinadora externa)

Prof^ª Dr^ª Elizabeth Cristina de Andrade Lima (UFMG)
(Examinadora interna)

Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota (UFMG)
(Examinador suplente)

Dedico esta conquista ao meu amado Jéferson
e à minha orientadora Marilda,
incentivadores incansáveis e generosos
dia após dia...

AGRADECIMENTOS

À Deus por minha vida, família, esposo e todas as pessoas que tive a oportunidade de conhecer durante a construção desse trabalho, algumas citadas abaixo.

À minha mãe, Neusa, e ao meu pai, Amadeu, pelos esforços na luta pela minha formação, desde a escolinha onde fiz o prezinho, passando pelas unidades públicas de ensino fundamental e médio, até a faculdade de Jornalismo.

À minha querida e admirável orientadora, Marilda, por acreditar em mim e ser uma profissional tão sensível, paciente e generosa. Quero expressar o meu reconhecimento e a minha gratidão pela maravilhosa professora, orientadora e amiga que foste durante esse processo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial à coordenação do curso e a todos as/os suas/seus funcionárias/os, pela atenção e disponibilidade sempre.

A todas as minhas professoras e a todos os meus professores do PPGCS, pelas trocas de conhecimento e experiências tão significativas para a minha vida acadêmica e pessoal, contribuindo assim para a construção de uma nova forma de ver o mundo.

Às (aos) colegas de estudo e pesquisa do grupo Migração e Trabalho, pelas discussões e pelo companheirismo de pesquisadoras/es, na universidade, no campo e fora disso.

A todas e todos que compartilharam comigo o estágio no PPGSA/UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro: Monalisa, Carlos, Maria Luiza, Caio, Sérgio, Elizangêla e Alice.

Às famílias dos “canistas”, do sítio Domingos Ferreira, sobretudo às mulheres, pela acolhida, pelo carinho, pela confiança, pela amizade, enfim, por tudo que puderam me oferecer.

Ao inigualável amigo gremista, Maciel Cover, por segurar a barra sempre junto, com sua simplicidade, seu bom humor e seu bairrismo.

Aos incomparáveis amigos, Marcelo, Marcos e Jefferson, pelas conversas, caronas, companhias, sempre tão generosos.

E, mais do que todos, exceto Deus, agradeço ao meu amado esposo, Jéferson, por demonstrar todo o seu amor ao participar comigo de todas as etapas deste trabalho, me dando força e coragem nas incontáveis vezes que pensei em desistir. Há que se inventar, nos programas de pós-graduação, um título de “coautoria emocional” para pessoas que fazem o que você fez por mim. Te amo muito.

Não me creias uma mulher romântica, piedosa, dessas que ama pacífica e sinceramente, mas sem intensidade e sem ardor, essas mulheres que sabem ser esposas, sabem ser mães, mas não sabem ser amantes. Talvez preferisses que eu fosse desse número e se eu o quisesse poderia parecer-te sempre assim, mas eu não desejo enganar-te. Se chegar algum dia a ser tua, encontrará em mim, a esposa, a mãe, a amiga, a irmã e, mais que isso, encontrará a amante, a mulher.

(Anayde Beiriz)

RESUMO

LUCAS, M. M. V. Mulheres de “canistas”: um estudo sobre relações de gênero em famílias de migrantes. Campina Grande-PB: UFCG, 2013. (Dissertação de Mestrado).

Esta pesquisa tem por objetivo entender como se dão as relações de gênero em famílias do Sertão Paraibano, onde são vivenciados, anualmente, tempos de presença e de ausência masculina. Trata-se de lançar um olhar particular sobre as mães e esposas de trabalhadores nordestinos que, frequentemente, vão oferecer sua força de trabalho nos canaviais do Estado de São Paulo, visando compreender de que forma tais mulheres experienciam esses dois tempos e se essa vivência provoca reconfigurações familiares e de gênero. A pesquisa de campo foi realizada no sítio Domingos Ferreira, localizado no município de Tavares, no interior do Estado da Paraíba. Utilizando-se de metodologias qualitativas, como a etnografia e a História Oral, buscamos evidenciar bem mais do que o dito, o público, o que está à mostra, mas, aquilo que é silenciado, que não é feito, que está nas entrelinhas dos gestos e das palavras, no discurso oculto de cada mulher. Nosso interesse consiste em observar o cotidiano das mulheres que ficam, no contexto das migrações permanentemente temporárias, e compreender como “costuram” e organizam a vida perpassada por dois tempos entre dois espaços.

Palavras-chave: Mulheres; Relações de Gênero; Resistência cotidiana; Migrações masculinas.

ABSTRACT

LUCAS, M. M. V. Mulheres de “canistas”: um estudo sobre relações de gênero em famílias de migrantes. Campina Grande-PB: UFCG, 2013. (Dissertação de Mestrado).

This research has the purpose of understanding how the gender relations occur in families of the Sertão of Paraíba, where is annually experienced periods of male presence and absence. We use a unique look at the mothers and wives of northeastern workers which, every sugar cane harvest, will offer their workforce in factories of the State of São Paulo, aiming to understand how such women experience these two periods and this experience lead to family and gender reconfigurations. The field research was performed at the rural property of Domingos Ferreira, situated in the city of Tavares, in the countryside of the State of Paraíba. By using qualitative methodologies, such as ethnography and Oral History, we seek to highlight more than what is said, what is public, and what is on show, but what is silenced, that is not done, which is between the lines of gestures and words, in the hidden speech of every woman. Our interest consists in observe the everyday life of women who are in the context of permanently temporary migrations, and understand how they “sew” a life permeated by two times and two places.

Keywords: Women; Gender relations; Everyday resistance; Male migration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Croqui do sítio Domingos Ferreira (VOU INCLUIR EM ANEXO)	
Figura 2 – Antena residencial da operadora telefônica TIM	87
Gráfico 1 – Estabelecimentos familiares por área ocupada	15
Gráfico 2 – Tempos de presença e ausência	19
Gráfico 3 – Calendário de eventos no <i>tempo de ausência</i>	54
Gráfico 4 – Comparação entre rurais e urbanos na aquisição de bens duráveis	57
Gráfico 5 – Chefes de domicílios particulares em Tavares	74
Gráfico 6 – Mães adolescentes em Tavares	81
Fotografia 1 – Fachada da Associação Remanescente de Quilombo	51
Fotografia 2 – Reunião ordinária da Associação – espaço da diretoria	51
Fotografia 3 – Reunião ordinária da Associação – espaço dos homens	51
Fotografia 4 – Reunião ordinária da Associação – espaço das mulheres, em segundo plano	51
Fotografia 5 – Potes de barro com água para beber e cozinhar	59
Fotografia 6 – Fogão à lenha	59
Fotografia 7 – Geladeira, fogão a gás e pia de mármore com água encanada de caixa d'água exclusiva	59
Fotografia 8 – Armação de ferro	59
Fotografia 9 – Armário de aço	59
Fotografia 10 – Penico no quarto para uso noturno	60
Fotografia 11 – Banheiro construído posteriormente a casa	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFCS Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

PPGCS Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPGSA Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

SINASC Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

UFMG Universidade Federal de Campina Grande

UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CENÁRIOS E CONTEXTUALIZAÇÃO LITERÁRIA E EMPÍRICA	14
1.1 – Tavares: breve panorama do município pesquisado	14
1.2 – Migrações permanentemente temporárias	19
1.3 – Relações de gênero em <i>tempos de presença e ausência</i>	25
1.4 - Escolhas de técnicas e métodos	34
1.5 – “Estar com” as mulheres	38
1.6 - Do jornalismo à pesquisa sociológica	42
TEMPO DE PRESENÇA.	47
2.1 – Retorno dos <i>canistas</i>	47
2.2 – Festas diversas	47
2.3 – Compras e vendas de <i>coisas</i>	56
2.4 – Recomeço do ciclo da terra	60
2.5 – “Nova” migração	63
TEMPO DE AUSÊNCIA	65
3.1 – Os homens migram e as mulheres ficam	65
3.2 – Quando as mulheres migram	72
3.3 – Ser mãe e pai	73
3.4 – Vigilância e controle à distância: copresença lá e cá	79
3.5 – À espera dos <i>canistas</i>	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A ênfase na invisibilidade feminina nas pesquisas sociológicas e a insistência na necessidade de se pensar as mulheres rurais dadas pelos estudiosos do *campesinato*¹, atiçaram as nossas sensibilidade e curiosidade para as questões do mundo social feminino. No contexto das migrações do Nordeste para o Sudeste do Brasil, especialmente nos movimentos temporários de homens casados e solteiros que vão de pequenos municípios rurais do Sertão Paraibano para a região canavieira do Estado de São Paulo, percebemos que as pesquisas ainda não se detiveram à especificidade das questões referentes às *mulheres* (mães, esposas, filhas e namoradas de migrantes) que ficam nas áreas de origem, diluindo-as quase sempre em capítulos que versam sobre assuntos mais amplos, como, por exemplo, a família.

Ao acionar as categorias *gênero*, *dominação*, *resistência* e *família*, entre outras, para o estudo de *mulheres* rurais no contexto das *migrações temporárias*, buscamos um caminho teórico que nos leve à compreensão do nosso objeto. Entendo essas noções nos termos, a seguir, definidos. *Gênero* como uma categoria relacional que une o mundo das *mulheres* ao dos homens; as migrações temporárias de homens para o corte de cana-de-açúcar como lógica de reprodução familiar camponesa; as relações de *dominação* e *resistência* pautadas em dois tempos: *tempo da presença* e *ausência* dos homens, e dois espaços: os *sítios* no município de Tavares-PB e os locais de trabalho e moradia na região canavieira; e por fim, as estratégias de organização da família na gestão da *roça*, da *casa*, da criação de animais, na educação dos filhos, na relação entre o pai e a mãe dessa família.

Passamos a questionar, então, como se dá a gestão desses espaços em tempos distintos, visto que, segundo a literatura, ainda existem pouquíssimos estudos que tenham investigado com mais acuidade o cotidiano das *mulheres* envolvidas no processo da migração temporária masculina, especialmente para o corte de cana-de-açúcar. Afinal, as *migrações permanentemente temporárias para as canas*² no Sudeste provocam mudanças nos relacionamentos das famílias inseridas neste processo?

¹Sobre o termo, ver discussão na Apresentação do livro “Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades”. (GODOI, MENEZES & MARIN, 2009, v. 1).

² *Canas* é um termo usado por todos os membros das famílias entrevistadas quando se referem ao lugar de destino dos migrantes que trabalham nas usinas de cana-de-açúcar, englobando

CENÁRIO E CONTEXTUALIZAÇÃO LITERÁRIA E EMPÍRICA

Busco apresentar, neste primeiro capítulo, o município escolhido para a realização da pesquisa, situando-o nas discussões das recorrentes migrações temporárias de homens para o trabalho no corte de cana-de-açúcar no Sudeste. A partir desse contexto, mostro como voltei meu olhar para as *mulheres* envolvidas nesse processo, relatando também a minha inserção nesse campo, bem como técnicas e métodos utilizados neste trabalho.

1.1- Tavares: breve panorama do município pesquisado

O município de Tavares³, que está situado na Microrregião da Serra do Teixeira⁴, no Estado da Paraíba, foi o lugar escolhido para o trabalho de campo. Sobre a Microrregião da Serra do Teixeira sabemos que é dividida em onze municípios: Água Branca, Cacimbas, Desterro, Imaculada, Juru, Manaíra, Maturéia, Princesa Isabel, São José de Princesa, Tavares e Teixeira. Sua área total é de 2.651,051 km² e sua população já foi estimada em 109.759 habitantes. Estudos têm verificado que nesta microrregião, junto à do município de Cajazeiras, também no Sertão Paraibano, tem se concentrado a maior parte dos paraibanos envolvidos no movimento migratório para o corte de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. (Cf. SILVA, 2008; COVER, 2011).

Tavares possui uma área de 237 km², sendo dividido em três distritos (Jurema, Belém e Silvestre) e inúmeras comunidades rurais (Mocambo, Arara, Inácio Alves, Curisco, Pau d'Arco, Boa Vista, Lagoa, Riacho do Meio, Minadouro, **Domingos Ferreira**, Queimadas, Bonito, Cacimbinha, Cumbre, Castanheira, Olho d'Água Seco, Pitomba, Lajedo Bonito, Manoel do Mato, Macambira). (Cf. Censo 2010 IBGE; SILVA, 2006). Segundo os primeiros dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Tavares é um município habitado por 14.103 pessoas, em sua maioria residente na zona rural (53,09%), o que ressalta a importância da agricultura familiar ao registrar que a maior parte da sua população é constituída por rendeiros e pequenos proprietários rurais.

todos os locais que eles frequentam, como a usina, os canaviais, a moradia, casas de parentes e amigos, espaços públicos e municípios próximos.

³ Ver mapa em ANEXO B.

⁴ Ver mapa em ANEXO C.

Até mesmo a população residente na zona urbana não perdeu o contato com as atividades agrícolas, já que muitas famílias moram na *rua*⁵, mas são proprietárias rurais, ou seja, têm um *sítio* e trabalham em *roça* própria ou de terceiros, como os arrendatários. Até mesmo a população residente na zona urbana não perdeu o contato com as atividades agrícolas, já que muitas famílias moram na *rua*, mas são proprietárias rurais, ou seja, têm um *sítio* e trabalham em *roça* própria ou de terceiros, como os arrendatários. Nesses casos, a vinda para a sede do município está relacionada à busca de bens e serviços, tendo em vista que é no núcleo urbano que estão as principais instituições de serviços públicas e privadas, como a agência bancária, a agência dos Correios, as escolas estaduais, os postos médicos, o hospital, etc.

Apesar de significativa presença na agricultura familiar (conforme gráfico abaixo), os números apontam para uma notória fragilidade de acesso à terra, por parte da população rural, ao sinalizarem para o fato de que a maioria dos estabelecimentos agrícolas possui área inferior a dez hectares [10hac].

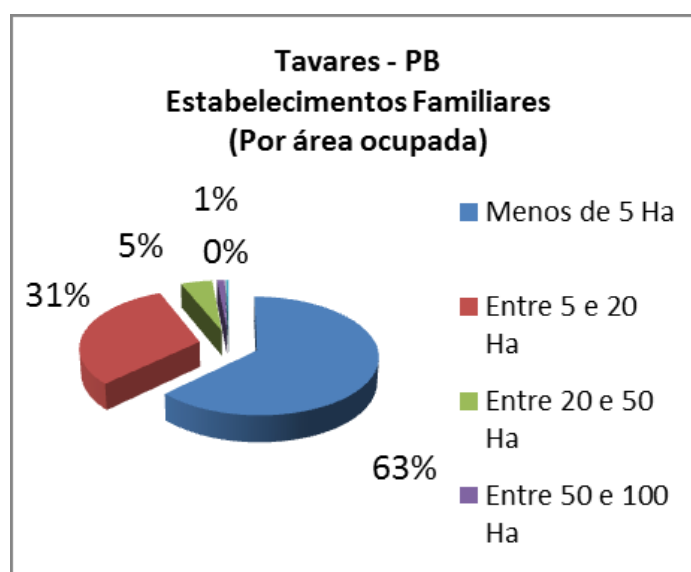


Gráfico 1 – Estabelecimentos familiares por área ocupada
Fonte: Silva & Lucas, 2011, p. 3.

⁵ Os termos *rua*, *sítio*, *roça* e *casa* são comuns nas falas das famílias de migrantes. São usados para designar espaços interligados no local de origem dos migrantes. A *rua* é a sede do município. O *sítio* compreende toda delimitação territorial denominada Domingos Ferreira. A *roça* é o lugar onde se planta e se colhe. E a *casa* é a sede da propriedade familiar, mas algumas vezes é referente também a toda propriedade (*casa*, *roça* e currais) ou ao *sítio*.

Se por um lado o gráfico acima revela a importância dos estabelecimentos familiares no setor agrícola no município pesquisado, por outro nos força a reconhecer a fragilidade do mesmo setor e, conseqüentemente, do acesso a terra na região pesquisada, o que contribui para dificultar a reprodução do grupo familiar. Dados do IBGE, disponível no portal da Confederação Nacional de Municípios apontam, ainda, para um decréscimo na produção agrícola, com um recuo da área plantada concomitantemente, a um aumento na pecuária, com destaque para a pecuária bovina, consequência de um redirecionamento das práticas produtivas das famílias camponesas. Com efeito, é cada vez maior o número de pequenos e médios proprietários que resolvem plantar capim em área antes ocupada pelo milho e feijão. O argumento, na maior parte dos casos, é de que tanto o milho quanto o feijão vêm dando prejuízos ao produtor, especificamente, pelas irregularidades das chuvas e, conseqüentemente, das colheitas.

Em Tavares, além dos empregos públicos e da agricultura, outra atividade econômica bastante importante é o comércio, seja de gêneros alimentícios, seja de materiais de construção, vestuário, lazer, etc. Tal setor é movimentado basicamente pelos salários dos aposentados, pelos auxílios e bolsas do Programa Fome Zero, pelos salários dos funcionários públicos e, principalmente, pelos recursos provenientes das migrações.

Tavares, município tomado como lócus da nossa pesquisa, tem sido observado por Marcelo Saturnino Silva, desde 2006, como “um celeiro, não apenas de camponeses, mas também de migrantes” (SILVA, 2008, p. 91). Apesar da dificuldade de saber quando essas migrações começaram, Silva (2008) afirma que não são recentes. Sabe-se apenas que: nas décadas de 1950-60 foi predominante a migração chamada “definitiva” de toda a família para a cidade; e entre 1970-80 foi considerável a migração “sazonal” de jovens solteiros para o Sudeste e de homens casados para os canaviais da Paraíba, de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Porém, dentre outros fatores, diante da reestruturação do setor sucroalcooleiro no interior paulista desde o fim da década de 1970, as correntes migratórias foram sendo intensificadas e redefinidas a partir de 1980-90, o que atraiu significativo número de trabalhadores de Tavares e região. (SILVA, 2008, p. 113-115).

Silva (2008) observou ainda que as migrações são protagonizadas por pequenos proprietários de terras ou rendeiros, que vendem temporariamente a sua força de trabalho com o intuito de complementar a pequena renda familiar e evitar a migração “definitiva” para a cidade. É uma migração essencialmente masculina. Enquanto os homens saem, as mulheres permanecem, apesar de haver algumas que acompanham maridos ou filhos para lhes prepararem as refeições, limpar a casa e lavar as roupas. As mulheres que ficam são encarregadas de se dedicar ao roçado, ao trabalho doméstico e cuidar das/os filhas/os menores.

No contexto desse tipo de migração, que privilegia especialmente os homens, segundo Novaes (2007), os donos das usinas preferem a contratação de trabalhadores migrantes por cumprirem as regras de comportamento das usinas e devido à alta produtividade apresentada pelos camponeses nordestinos para o trabalho na safra. Acostumados, desde pequenos, à dureza do trabalho na terra para a sobrevivência familiar, a lida no “eito” não lhes põe medo, mesmo frente ao limite de sua capacidade física sob requisitos impostos.

Os trabalhadores que chegam do Nordeste possuem um perfil condizente com o que se precisa hoje para o corte manual. Segundo eles próprios, por terem sido, desde crianças, socializados no árduo e duro trabalho da agricultura na sua região de origem, o trabalho no canavial não os assusta. Além disso, segundo relato dos técnicos das usinas, são preferidos pelos usineiros por serem mais dedicados ao trabalho e gratos aos empregadores pela oportunidade do emprego, inexistente em suas regiões. A necessidade premente de ganhar dinheiro, para assegurar a subsistência da família distante, tem funcionado como um freio que os torna mais tolerantes com descumprimentos de leis trabalhistas, com as injustiças e as distorções que ocorrem nas medidas feitas pelo fiscal de turma em sua produção diária no corte de cana. (NOVAES, 2007, p. 7).

Os próprios migrantes dizem que cortar cana-de-açúcar não é uma tarefa feminina, tendo em vista que é considerado um “trabalho pesado”. Cabe, então, às mulheres o papel de manter a identidade camponesa, pois, são elas que, durante a ausência da figura masculina, darão continuidade ao roçado que os maridos deixam, com ajuda de parentes e, eventualmente, de empregados. É das mulheres que ficam, igualmente, a responsabilidade do cuidado dos animais pequenos e grandes. São elas, então, que cuidam de todo patrimônio que já existe ou que está sendo construído. Essa sobrecarga de trabalho é acoplada ao trabalho que as mulheres sempre realizaram no âmbito da casa. Existe um grande esforço dessas famílias para que seus homens migrem

para o árduo trabalho nos canaviais, enquanto suas mulheres, junto aos filhos menores, idosos e aqueles impossibilitados de migrar (doentes, deficientes, outras razões), devem permanecer e desempenhar tarefas consideradas “leves” no roçado, trabalhar em casa e, às vezes, até em empregos assalariados. A função das mulheres aparece como complementar as dos homens no projeto de reproduzir e ampliar o patrimônio familiar. (SILVA & MENEZES, 2010, p. 290-292).

Dentro desse contexto, escolhi o *sítio* Domingos Ferreira para realizar minha pesquisa de campo. O Domingos Ferreira tem aproximadamente 110 residências particulares, entre alguns espaços públicos, como: a Casa de Farinha, onde funciona a Associação Comunitária; três igrejas, sendo duas evangélicas e uma católica; cerca de cinco bares e danceterias; além de uma escola municipal de ensino fundamental e mais ou menos três armazéns. Praticamente, todas as famílias residentes no *sítio* possui pelo menos um membro que migra ou já migrou para trabalhar em usinas de cana-de-açúcar. Aqui, observei mulheres mães e esposas de pequenos produtores rurais que mantêm seus roçados em terras próprias ou de outrem, mas dependem, substancialmente, de salários ganhos no trabalho como cortadores de cana de açúcar temporários no Sudeste do país, especialmente no Estado de São Paulo. Essa observação se deu durante dois tempos: *Tempo de Presença e Tempo de Ausência* dos homens no *sítio*. Observe, no croqui abaixo, a disposição espacial do *sítio*:



Gráfico 2: Tempos de presença e ausência.

No próximo subitem, busco mostrar como foram sendo desenvolvidas as pesquisas e reflexões em torno das famílias de migrantes, citando as estudiosas e os estudiosos mais proeminentes nas temáticas abordadas nesse trabalho.

1.2 - Migrações permanentemente temporárias

Durante a década de 1970, uma equipe de pesquisadores ligados ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ) desenvolveu o Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica do Nordeste, que investigou intensamente, em sua primeira parte, os trabalhadores rurais, focando nas variantes da *plantation* nos Estados de Pernambuco, da Paraíba e de Alagoas, e no campesinato do Sertão e do

Agreste do Maranhão e do Ceará. Esse projeto foi pioneiro nas discussões sobre migrações e ruralidades na sociologia brasileira.

A antropóloga Beatriz Heredia, uma das pesquisadoras membro desse Projeto, publicou o livro *A Morada da Vida* (1979), onde observou a organização social da família camponesa nordestina, que tinha como base o modelo de divisão do trabalho pelo sexo, de maneira rigorosa e bipolar. Segundo Heredia (1979), o roçado se configurava a unidade de produção de domínio masculino e a casa era a unidade de consumo de domínio feminino. Apenas as atividades desempenhadas no roçado eram consideradas como trabalho por garantirem o consumo da família, ao contrário das tarefas domésticas. E mesmo que mulheres trabalhassem no roçado, esse serviço não era considerado como trabalho, mas apenas como uma *ajuda*. Por meio de uma combinação de estratégias que são guiadas por regras de precedência hierárquica, essa família camponesa se dividia, assumindo funções/papéis díspares que se complementavam e garantiam a sua reprodução, como descreve Heredia na citação a seguir:

Neste caso, não se considerava que as mulheres estivessem assumindo tarefas propriamente masculinas, mas sim que, de forma diferente, essas mesmas tarefas, que em outras circunstâncias seriam vistas como *trabalho*, passavam a ser consideradas como *ajuda*. Desta forma, indicava-se que as mulheres, mesmo realizando as tarefas, estavam subordinadas às decisões e, em suma, à autoridade paterna. (HEREDIA, 1979, p. 82).

Segunda a autora, esse papel da mulher seria melhor compreendido a partir do fato de que, “em alguns grupos de camponeses, a mulher é considerada como de natureza diferente do homem” (HEREDIA, 1979, p. 82). Esse ponto de vista pode ser encontrado no trabalho de Afrânio Garcia Jr (1974), aponta a autora, quando analisa *O Mito da Cachaça* em comunidades camponesas do Nordeste.

Tanto esta, quanto outras publicações da época sobre a temática, como o livro *A Caminho da Cidade: A Vida Rural e a Migração para São Paulo* (1978), da antropóloga Eunice Durham, que afirmava que a família rural do Brasil sempre se estruturara da mesma maneira em relação à subordinação feminina aos homens, exteriorizada em “atos de respeito” da esposa para com o marido, influenciou várias pesquisas realizadas nas décadas de 1980 e 1990 sobre a migração de camponeses para o trabalho em usinas canavieiras, seja para as Zonas da Mata paraibana, pernambucana e alagoana, seja para os Estados do Sudeste do país, como São Paulo. A partir dessas

investigações, cunhou-se a perspectiva da migração como uma prática frequente entre camponeses que desejam permanecer e reproduzir em sua terra de origem.

Procura-se, então, compreender a lógica econômica da família, focando no trabalho e no consumo. Entretanto, outras pesquisas abordam a forma como a unidade familiar se perpetua por meio do ciclo de reprodução geracional, que se encontra dentro da lógica de parentesco. Porém, acredito que, apesar da necessidade de pensar a lógica econômica familiar, no meu caso, é preciso buscar uma análise das relações de gênero que rompa com a dicotomia do público/privado, do que é determinado como de competências feminina e masculina, entre tantas outras oposições binárias tão recorrentes. Ao fugir dessa determinação dos espaços para cada gênero, posso tentar problematizar e buscar ultrapassar essas concepções polares.

A família camponesa, segundo estes estudos, passa a seguir estratégias, de curto e longo prazo, que combinem a reprodução desta para si e a sua inclusão no mundo capitalista. Nesse contexto, algumas das pressões que, ao longo das últimas décadas, recaíram sobre a capacidade dessas famílias rurais sobreviverem foram, principalmente, a crescente ocupação de extensas propriedades, que, por exemplo, ao contar com apoio fiscal e programas como o Proálcool, expandiu a pecuária e o cultivo da cana-de-açúcar, e aumentou a cotação da terra, o que levou à fragmentação da terra por meio da divisão da herança; e, por fim, a ruína das relações de troca. A família camponesa respondeu a tais pressões colocando, cada vez mais cedo, mais pessoas da família para trabalhar, até mesmo como assalariados, fora da unidade familiar, e diminuindo os gastos. Estratégias de curto prazo que tornaram pior sua qualidade de vida. Já num ciclo mais longo, a alternativa foi a migração precoce dos filhos, refletindo em questões geracionais, como natalidade e herança.

Sobre a utilização da família para análises neste contexto, Carneiro (1998) ressalta a importância da percepção da família como unidade de análise por atuar nas relações sociais dentro das unidades de produção agrícola, sem se esquecer que esta se configura como um lugar de produção e reprodução de valores, que contém sentidos que vão além da racionalidade econômica e da lógica de parentesco. Segundo a autora

a família não deve ser entendida tão-somente como um grupo estruturado segundo as condições históricas e culturais que o cercam. É necessário também considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família já que ela agrega

indivíduos através de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal, de pensamento, ou, se quisermos de representação. (CARNEIRO, 1998, 65-66).

Nesse sentido, Carneiro (2000) diz que, para uma melhor compreensão da complexidade do processo de transformação do mundo rural no Brasil, as análises devem abranger as relações entre os agentes inseridos na dinâmica da reprodução social, privilegiando a família não somente como uma unidade de produção e consumo, mas também como uma unidade social. Então, a escolha da família para a observação “revela-se um procedimento fundamental para a compreensão das transformações recentes no campo brasileiro, onde o aumento das atividades não-agrícolas, articuladas ou não à agricultura, exige um maior grau de complexidade analítica” (Carneiro, 2000, p. 131).

Maria Aparecida Moraes da Silva (2008) aponta que, desde o início do século XX, a economia agrícola do Estado de São Paulo conta com a força de trabalho de migrantes brasileiros para a lida nas plantações de laranja, café, cana-de-açúcar, entre outras. A partir da década de 1960, cresce o aparecimento das grandes usinas de álcool e açúcar, que teve como um dos principais fatores estruturais a seu favor o processo de modernização da agricultura paulista, incentivado pelo Governo da ditadura militar. Essa modernização, que desencadeou na saída “forçada” de inúmeros trabalhadores permanentes que moravam nas fazendas, contribuiu significativamente para o aparecimento das migrações *temporárias* de pessoas, oriundas das regiões mais pobres do Brasil, à procura de emprego. Com a intensificação do ritmo de trabalho nas usinas, fez-se necessário a contínua reposição de trabalhadores mais jovens e que apresentassem boa capacidade física. Até os anos de 1990, era significativa a migração de trabalhadores provenientes, sobretudo, da região do Vale do Jequitinhonha – MG – e do Estado da Bahia para os canaviais paulistas. Mas, logo depois, as usinas começaram a empregar, intensivamente, trabalhadores também dos Estados do Maranhão, do Piauí e da Paraíba. Nas regiões de origem, a realidade migratória, encontrada nas pesquisas de Silva (2008), no Maranhão, está intimamente ligada aos processos de expropriação de terras.

Os estudos de Parry Scott (1986), Garcia Jr (1989), Menezes (1985; 2002) e K. Woortmann (1990), nos Estados de Pernambuco e Maranhão, da Paraíba e do Sergipe, apontam a *migração temporária* de um ou alguns membros da família como

uma forma encontrada pelos camponeses para atender às suas necessidades de reprodução. Uma forma encontrada para atender suas demandas de reprodução foi a migração de um membro da família, geralmente homens, para trabalhar *temporariamente* no Sudeste, para acumular bastante dinheiro que pudesse pagar a passagem de volta e a compra de um pedaço de terra.

Entretanto, essa migração também se configurava como uma possibilidade dos camponeses se *libertarem* da dominação tradicional, que se dava por meio do *contrato de morada*. Nesse sistema, o trabalhador que não possuía um lote de terra para morar e trabalhar tinha que se *sujeitar* ao *senhor de engenho*, colocando à disposição tanto sua força de trabalho, como a de toda sua família. Em “troca”, o patrão cedia um lugar para sua morada e terra para a produção de sua subsistência, além de alguns trocados e mantimentos encontrados no chamado *barracão*.

Nesse sentido, a migração não seria apenas um meio para solucionar dificuldades financeiras das famílias de áreas rurais, mas uma alternativa para escapar da *sujeição*. Da mesma maneira que desconstrói a ideia de que a migração seria somente a mudança de trabalhadores de regiões “menos desenvolvidas” para outras “mais desenvolvidas”, numa passagem definitiva do campo para a cidade.

Segundo K. Woortmann (2009), ao observar processos migratórios de comunidades camponesas no Sergipe em 1990, o sujeito migra e se urbaniza para que ele e outros membros de sua família continuem *camponeses*. Ele busca uma forma de cultivar uma vida unida ao trabalho independente e familiar na terra, seja pela passagem da condição de rendeiro para a de pequeno agricultor, seja pela obtenção da terra como um direito agrário, buscando então a reprodução dessa terra através da migração. Ainda na década de 1980, a migração era pensada de três formas: primeiro como um modo de conhecimento do mundo para alargar os horizontes, seria *um rito de passagem*; segundo como um meio de acumulação que visava, sobretudo, recursos para a compra de terras; e a terceira forma era a migração definitiva do excedente familiar (Cf. E. WOORTMANN, 1995).

O movimento de ir para o corte de cana e vir quando termina a safra, todos os anos, tem sido chamado de *migração permanentemente temporária*, como um fenômeno que mantém sua permanência. Sobre o termo *migração permanentemente*

temporária, cunhado pela professora Maria Aparecida de Moraes Silva. Fundamentamos-nos na análise de Silva e Menezes:

é um recurso heurístico que permite compreender a configuração atual das migrações do Sertão Paraibano para a região canavieira do Estado de São Paulo tanto pelo aspecto temporário quanto pelo fato de que os homens migram, mas as mulheres ficam e assumem a responsabilidade pelo trabalho na terra. Embora exista a migração de famílias, a mesma é minoritária em comparação com os homens solteiros e casados que migram sozinhos (SILVA & MENEZES, 2010, p. 282).

A proposição da migração como estratégia de reprodução familiar camponesa, colocada pelos autores citados acima, é encontrada em muitas pesquisas recentes sobre regiões de intensa migração para o trabalho no corte de cana em São Paulo. Entre elas, destaco dois: o trabalho de Maria Aparecida de Moraes Silva (2010), no leste do Maranhão; e a pesquisa de Marilda Menezes (2010), no Alto Sertão da Paraíba. Para Silva (2010), as mulheres envolvidas nesse processo são “como elo que une os dois espaços”, ou seja, o lugar de origem e o de destino dos migrantes. No município de Timbiras-MA, a maioria das mulheres que não migram com os homens, e que por motivo do processo histórico de expropriação do campesinato dessa região estão morando em bairros periféricos, têm trabalhado na quebra do coco babaçu, além de desempenhar outras atividades, como domésticas, produtoras de farinha, rendeiras e no cuidado com as crianças. Silva (2010) observa que “quebrar coco” é uma tarefa essencialmente feminina, de forte representação simbólica no que se refere à sua importância como sustento da família, mesmo que os homens migrem. “Se verifica que a condição camponesa da família ainda é assegurada graças ao trabalho da mulher na roça, no ‘coco’ e à migração do marido e filhos” (SILVA, 2010, p. 336). Entretanto, a estudiosa relata que nesse cenário as relações de gênero são perpassadas pela violência e abandono dos maridos, e pela resistência feminina à migração dos homens, usando da gravidez “para impedir que o marido vá embora com outra ou, até mesmo, que ele deixe de ser violento” (SILVA, 2010, p. 337).

Para Menezes (2010), diante das observações feitas no Município de São José de Piranhas-PB, há uma reafirmação da migração de homens agricultores nordestinos para trabalhar no corte de cana em São Paulo como uma estratégia de reprodução social, tanto familiar, quando individual. A autora afirma que esse é um processo que afeta toda a família do migrante, sobretudo as esposas que assumem o

papel de “chefe de família”, responsabilizando-se com a educação dos filhos, as tarefas domésticas e ainda com o trabalho no roçado, se a família tiver propriedade.

Nesse contexto, a família de migrantes se divide, assumindo funções/papéis díspares que se complementem e garantam a sua reprodução, numa combinação de estratégias que são guiadas por regras de precedência hierárquica, reorganizando o trabalho familiar no que diz respeito à divisão sexual de tarefas em espaços estabelecidos culturalmente, tidos como esfera de domínio do homem e esfera de domínio da mulher. A migração provoca redefinições nesses espaços. Silva & Menezes (2010, p. 294) fazem um desenho dessas redefinições, acreditando que “a migração dos homens transforma a posição das mulheres na família bem como redimensiona os espaços”. Segundo os autores, com a migração, a casa e o roçado passam a ser de responsabilidade da mulher (dentro), principalmente no *tempo de ausência* dos homens, enquanto que o canavial é o espaço majoritariamente masculino (fora),

No gráfico, a seguir, observe o desenho da dimensão temporal desse processo migratório para as famílias observadas neste trabalho.

Gráfico 2: Tempos de presença e ausência.

1.3 - Relações de gênero em *tempos de presença e ausência*

Na análise de um fenômeno social, algumas mudanças, por serem taciturnas, só são notadas a partir do momento em que a nova realidade se instala. A migração masculina de paraibanos para o interior do Estado de São Paulo, em busca de trabalho nas usinas canavieiras, parece estar levando as mulheres que ficam no lugar de origem a uma reconfiguração de sua posição nas relações com estes homens, ao assumirem atividades de produção e gerência de espaços no mundo rural, entre outros fatores, como o acesso a benefícios do Governo Federal, a renda obtida pelo trabalho assalariado e a sua participação em instituições comunitárias. Apesar da diversidade de perspectivas na sociologia a respeito desse tipo de migração, a realidade é que poucos estudos se detiveram à especificidade das questões referentes às mulheres (mães, esposas, filhas e namoradas) nesse processo migratório.

Meu foco está na observação das práticas de dominação e resistência que permeiam o cotidiano das esposas de migrantes, tanto no tempo de presença, como no tempo de ausência dos homens em razão da migração temporária, buscando tanto verificar as expressões de dominação masculina, quanto as práticas de resistência feminina, sem perder de vista todos os contrastes e conflitos destas relações. Ou seja, desejo verificar, neste contexto de migrações temporárias, como tem se configurado o processo de dominação masculina, mesmo que distante do espaço familiar, observando especialmente práticas de resistência feminina ao desempenharem as atividades de gestão econômica e diante da vigilância e controle mantidos através das “redes sociais”. Neste caso, traço como principal hipótese a ideia de que, estas mulheres, ao passarem ao longo dos anos por esse processo migratório que lhes proporciona desempenhar papéis outrora determinados majoritariamente para os homens, conquistam mais autonomia sobre si próprias e sobre os espaços que circulam, que fazem parte.

Algumas contribuições das abordagens desconstrutivistas nas análises de Judith Butler e Joan Scott sobre os estudos de gêneros nortearam a construção da análise deste objeto, tendo em vista que, atualmente, existe uma grande variedade na discussão do conceito de gênero. Estudiosas procuram tanto fazer uma crítica às diversas ideias referentes à diferença sexual, apresentando alternativas ainda fundamentadas na noção de gênero, como também buscam usar outras categorias, tendo como perspectiva o gênero numa distinção binária. As autoras que se ocupam em criticar categorias e conceito no âmbito da distinção sexo/gênero receberam a influência teórica das abordagens desconstrutivistas, consideradas, assim, pensadoras pós-modernas. Buscam:

Contesta[r] a validade dos modelos que buscam analisar e explicar as transformações históricas pressupondo, por exemplo, a continuidade de certas estruturas e/ou instituições; questiona[r], também, as abordagens que formulam uma compreensão da diferença tendo como referência um Outro exógeno, externo, procedimento que mantém o princípio de uma unidade e coerência cultural interna; trabalha[r] com uma noção pulverizada de poder, com a ideia de dissolução do sujeito universal autoconsciente; valoriza[r] a linguagem e o discurso como práticas relacionais que produzem e constituem as instituições e os próprios homens enquanto sujeitos históricos e culturais e compreendem, enfim, a produção de saber e significação como ato de poder (PISCITELLI, 2002, p. 14).

Uma das mais conhecidas autoras que trata dessas reformulações da conceitualização de gênero é a historiadora americana Joan W. Scott, especialmente no

artigo *Gender: a useful category of historical analysis*, publicado no volume 91 da *American Historical Review*, pela primeira vez, em 1986. Scott (1990) sintetiza o percurso das diversas abordagens que levaram à (re)formulações do conceito de gênero em três posições teóricas:

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e buscar um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1990, p. 77).

Após discorrer minuciosamente sobre tais posições tais posições, a autora chama a nossa atenção para a crítica de nossas categorias e autocrítica de nossas análises. É fundamental que encontremos maneiras de submeter continuamente as categorias que “criamos” à crítica e também as análises que fazemos à autocrítica. Para tal empreendimento, Scott (1990) sugere a definição de desconstrução de Jacques Derrida, explicando que “essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como rela ou auto-evidente” (SCOTT, 1990, p. 84).

A autora expõe sua compreensão de gênero dividindo-a em duas partes e quatro elementos que se encontram relacionados entre si. A centralidade de sua definição envolve duas proposições que estão integralmente ligadas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86). Na primeira parte de sua definição, ela nos coloca quatro elementos que funcionam interligados, mas não ao mesmo tempo, com a intenção de esclarecer e apontar um jeito de se pensar qual é “o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais” (SCOTT, 1990, p. 88). O primeiro elemento diz respeito aos símbolos que são disponibilizados pela cultura, invocando “representações simbólicas”, quase sempre contraditórias. O segundo trata dos “conceitos normativos” que difundem explicações dos sentidos dos símbolos, como “nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas”. O terceiro elemento fala do desafio de disseminar a “noção de fixidez”, de como desvendar a “natureza do debate ou da repressão que leva à

aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero”. E o quarto se refere à identidade subjetiva do gênero (SCOTT, 1990, 86-87).

Na segunda parte de sua definição, Scott (1990) desenvolve sua “teorização do gênero”. Ainda que não seja o único campo de articulação do poder, o gênero é a primeira instância dentro da qual, ou por meio da qual, o poder se articula. Com base em Bourdieu (1980), no livro *Le Sens Pratique*, a autora assegura que os conceitos de gênero estruturam tanto a percepção, quanto a organização de toda a vida social, influenciando as concepções, as construções, a legitimação e a distribuição do próprio poder. Sob esse aspecto teórico, gênero não é apenas um vocábulo, mas uma categoria de análise que quando é aplicada a certo objeto de estudo resulta num modo particular a ser abordado. Essa perspectiva é proveitosa não somente para análises sobre gênero no campo da História, mas para várias áreas de conhecimento com sua proposta de quebra de paradigma.

Superando, talvez, Joan Scott, apenas em termos de popularidade entre as/os mais jovens pesquisadoras/es brasileiras/os, estão as interessantes formulações da filósofa Judith Butler, por quem também tenho particular atração para buscar inspiração neste trabalho. Longe das primeiras conceitualizações de gênero sobre as causas da subordinação universal da mulher, essa autora propõe uma discussão de sexo/gênero a partir do questionamento de suas raízes epistemológicas.

Sublinhando, com vigor, a questão cultural do sexo, Butler (1990) debate a equivalência entre sexo e gênero, pois, entende tanto o sexo, quanto o gênero, como um tipo de qualificador do corpo no campo da inteligibilidade cultural, contido nos preceitos sociais que nos são impostos. Assegura Butler (1987), inspirada em Monique Wittig, que é a partir da política e da linguagem que advém a discriminação da compreensão do que é o sexo. Concordando que a diferença sexual é dada pelos órgãos reprodutivos, “criaram-se” formas socialmente corretas de comportamento, o que tornou como norma obrigatória a heterossexualidade. “Corpos que pesam”, que efetivam e “carregam” tais preceitos sociais. Inspirada também em Derrida, que “desconstruiu” a dualidade significante/significado, Butler (1999; 2003) desmonta o binômio Natureza/Cultura, de uso frequente nos estudos sobre mulheres, acreditando que o sexo também é cultural e discursivo. E diz:

E o que é, afinal, o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal [...] Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? [...] Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelasse absolutamente nenhuma. (BUTLER, 2003, p. 25).

Tal reflexão implica em dizer que a cultura existente se impõe sobre a natureza. Isso faz parte de uma “construção masculinista”, onde, em nossa sociedade, o homem é representante da cultura, opondo-se à Mulher, que representa a natureza. Desse modo, a autora propõe repensarmos o conceito de natureza como algo sem vida. Considera, então, a falta de sentido na conceitualização do gênero como interpretação cultural do sexo. O que sobraria de natural no sexo ao adquirir o aspecto social de gênero? Além de entender sexo/gênero como dimensões culturais, Butler (2003) observa a independência de cada um. Pois, a partir de uma teorização desta perspectiva, é possível perceber a sua fluidez; o que permite desconstruir o aspecto binário dos gêneros, uma vez que não é motivo para pensar os gêneros pela representação apenas de feminino e masculino. A abordagem *desconstrutivista* que Butler têm dado às discussões de gênero será tratada nesta dissertação a partir das singularidades das mulheres em famílias de trabalhadores migrantes.

Escolhi a categoria *mulher*, usada sempre no plural, para me referir às “protagonistas” desta pesquisa, na tentativa de recuperar a discussão sobre o termo dentro dos estudos de gênero. Cunhada no seio do pensamento feminista radical, a categoria “mulher” se associa à ideia da opressão feminina causada pela condição de ser mulher, isto é, a opressão patriarcal, encontrada em todas as sociedades e em todos os tempos históricos, tinha o corpo feminino como uma pré-condição, para além de classe, raça, etc. Por isso, é importante lembrar que esta categoria surgiu dentro das perspectivas de mulheres brancas de classe média da época que formavam a visão predominante da teoria feminista. Mas, afinal, todas as mulheres não sofriam opressão masculina, até mesmo as brancas de classe média? Sim. As feministas asseguravam essa ideia. A opressão se dava, universalmente, pela sua condição de mulher, sendo comprovado pelas suas próprias experiências, o que deveria ser observado no cotidiano dos espaços femininos. Foi verificado, a partir da observação de casos específicos, que

essa dominação patriarcal havia excluído as mulheres da história, deixando de considerar, nos diversos espaços da sociedade, o seu ponto de vista.

Essa análise mexeu com a produção científica de várias áreas do conhecimento, impulsionando revisões, releituras e reformulações dos conceitos envolvidos, o que gerou um vasto volume dos chamados “estudos sobre mulher”. Conforme Bila Sorj (1992), esses estudos abrangiam duas dimensões: a noção do gênero como um predicado social estabelecido e a ideia da disparidade na repartição do poder entre os sexos, colocando a mulher numa posição de submissão. Dentre esses estudos, estavam também aqueles que contestavam categorias e conceitos usados nas análises do pensamento feminista, como, por exemplo, o patriarcado. Após discussões políticas e acadêmicas acerca dos problemas da utilização do patriarcado como categoria de análise, o conceito passa a ter um conteúdo vazio e vago, sinônimo de dominação opressiva masculina, com caráter bastante essencialista. Desse modo, estudos desenvolvidos pela história, antropologia, ciência política, entre outras áreas, procuraram novas elucidicações sobre as causas da opressão feminina que pudessem desnaturalizá-la. O conceito de gênero começa a ser desenvolvido dentro deste contexto, buscando transpor os problemas relativos ao uso de categorias fundamentais nos estudos sobre mulheres.

Foi através da perspectiva conceitual de Gayle Rubin (1975), no ensaio *O Tráfico de Mulheres. Notas sobre a Economia Política do Sexo*, que o termo gênero, apesar de já estar sendo utilizado, ganhou maior expressividade. Rubin (1975) definiu o sistema sexo/gênero com “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana”. Por meio de uma leitura crítica de autores como Freud e Lévi-Strauss, a autora faz uso de ferramentas conceituais que auxiliem na reflexão sobre a subordinação feminina. A respeito da diferença sexual, Rubin (1975) acredita que a cultura está sobreposta à natureza, através do sistema de parentesco que produz o gênero ao criar dois gêneros dicotômicos, com base no sexo biológico. Usando dos pressupostos teórico-metodológicos desses autores, a autora procura novos resultados, abordando dualidades bastante criticadas posteriormente, como sexo/gênero, natureza/cultura, etc.

Esse estudo trouxe como proposta pensar a mulher, construída socialmente, dentro do contexto dos sistemas culturais, na compreensão da “totalidade”, explicando

como é operacionalizado o sistema. Mas, propõe também entender as diversas realidades femininas existentes. Dessa maneira, o termo gênero é tratado como outra opção de categoria de análise em relação ao patriarcado.

Nesse sentido, a categoria *gênero* nos ajuda a perceber que o estudo das mulheres é indissociável ao dos homens, numa relação assimétrica histórica, onde no caso do nosso objeto de pesquisa as esposas, apesar de assumirem tarefas que antes eram de responsabilidade dos maridos, mantêm a subordinação aos seus maridos, como também as filhas aos seus pais e as namoradas aos seus namorados. No entanto, pressupomos que essa relação não se dá sem conflitos, sejam estes perceptíveis ou não. Desse modo, nosso objeto compreende uma reflexão sobre a *dominação* (masculina) e simultaneamente sobre a *resistência* (feminina), entendendo que sempre que há uma relação de poder também ocorre uma relação de resistência.

Para começar a pensar a resistência feminina em pequenas expressões do cotidiano, dentro do contexto em que estamos situando a nossa problemática, tentaremos uma *aproximação* com o conceito de resistência formulado por James Scott, no livro *Domination and the Arts of Resistance*, publicado em 1990. Sua pesquisa foi realizada com camponeses pobres *arrozeiros* em Sedaka, no fim dos anos de 1970, numa aldeia que fica na planície de Muda, na Malásia. Em síntese, Scott (1990) se deparou com *nativos* iniciantes no regime capitalista que emergia naquele momento, mas ainda mantinham relações pré-capitalistas, que se baseavam nas normas morais, constituídas de relações de reciprocidade assimétrica entre fazendeiros ricos e camponeses pobres.

Diante desse contexto, Scott (1990) acredita que toda ação que aparentemente parece mostrar consentimento pode ocultar outros sentidos, como nas relações patrão e empregado. Penso que isso também se dá nas relações de gênero, historicamente assimétricas. A ação fundamentada nos códigos morais e na formalidade pode significar uma artimanha dos desprovidos de poder, tendo em vista que aqueles que detém poder podem prejudicá-los ou servir de referência para a busca de recursos simbólicos e materiais. Quando Scott (1990) pega emprestado do teatro os termos *cena* e *bastidores*, se refere à diferenciação entre discurso público e discurso oculto. Logo abaixo, destaco sua definição de discurso oculto entre dominados e dominantes:

Cada grupo subordinado produz, a partir de seu sofrimento, um discurso oculto que representa uma crítica ao poder feita às costas/ às escondidas do dominador (...) o discurso oculto é algo presente também entre os dominantes, também para eles existe uma discrepância entre o discurso público que se usa abertamente, no exercício do poder e o discurso oculto que se expressa, sem correr riscos, fora de cena (SCOTT, 1990, p. 21; 54).

O discurso oculto não é apenas observado no que é dito, mas também em gestos e práticas. Segundo Scott, as armas mais comuns dos dominados são: “fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (SCOTT, 1990, p. 12).

Um exemplo que se aproxima bastante do nosso objeto de estudo é a pesquisa sobre honra na família de Cláudia Fonseca (2000). Ela apresenta uma narrativa etnográfica que mescla os modelos preconcebidos sobre a relação imperiosa entre homens e mulheres em grupos populares da região Sul do Brasil, ao mesmo tempo em que sustenta a noção de alteridade, mostrando assim um caso em que as mulheres têm estimável poder, embora as relações entre casais discordem das esperadas no conjunto de princípios e valores das camadas médias.

Descrevendo *relações intranquilas de gênero*, Fonseca coloca-nos as imagens do *homem safado*, da *mulher interesseira* e da *malandra*, e as *armas* que tais mulheres usam umas contra as outras e também contra os homens. No contexto de piadas e fofocas, as mulheres brincam “sobre as proezas sexuais dos homens, sejam eles casados ou solteiros – as conquistas, os fracassos e tropeços, as doenças venéreas, a impotência...” (FONSECA, 2000, p. 141). Fica subentendido que elas acham que o único desejo dos homens na relação com as mulheres é o sexo. Porém, é preciso ter cuidado quando este *homem safado* pensar em seduzir uma virgem. Sobre a virgindade, a autora nos coloca:

Esse “dote do pobre” é tido como a moeda mais valiosa que uma moça possui para conseguir um “bom marido”, isto é, um homem que se responsabilize por ela e seus filhos. Contudo, o sistema usual de casamento acentua a vulnerabilidade desse “tesouro”. Só a metade dos casais (em geral, os mais velhos) são casados formalmente. Para “se casar” (e na linguagem do dia-a-dia ninguém faz distinção entre concubinos e casados), basta o casal assumir sua relação publicamente pela co-residência. Quando os pais se opõem ao “noivo” de uma filha, esta pode recorrer à “fuga”, escapando com seu namorado e

confrontando os pais com o “fato consumado”. (FONSECA, 2000, p. 141).

A imagem da *mulher interesseira* é baseada nas brincadeiras de *mulheres “mais velhas”*, principalmente as que não são casadas, sobre a necessidade de ter alguém que as mantenham financeiramente. A autora fala que elas não consideravam os homens da vila como pretendente a “*bom marido*”, tendo em vista que em sua maioria não tinham grande qualificação para trabalhar. Também por meio da observação dessas brincadeiras e fofocas, Fonseca (2000, p. 145) percebeu que “a mulher, além de interesseira, pode ser malandra”. Abaixo, uma citação que demonstra essa malandragem feminina na fala de uma mulher admirando a escolha de seu irmão:

A namorada dele era empregada numa casa de ricos. Quando sua patroa morreu, ela se juntou com o velho. Agora, ela faz o que quer com o dinheiro. Comprou uma moto para meu irmão. Estão só esperando o velho morrer para casar.

Algumas vezes, Fonseca percebe também que as fofocas são usadas por mulheres contra outras, demonstrando a força de uma ameaça: “O fantasma dos ‘cornos’ torna-se uma arma potente” (FONSECA, 2000, p. 147). Elas criticam vizinhas e parentes, como cunhadas e noras, que traem seus maridos, considerados *palhaços*. Mas, ao mesmo tempo, se o homem traído é um parente, afilhadas e vizinhas são enaltecidas pela mesma suposta liberdade sexual, colocando em “relevância a extrema virilidade de seus consanguíneos masculinos”. (*Ibid*, p. 147). Ele é considerado, então, um *coitado*. Fonseca fala que o temor masculino da traição conjugal por parte das mulheres seja a explicação para os diversos “mecanismos de enclausuramento feminino e as injunções com o trabalho extradoméstico da mulher”, entre outras coisas (*Ibid*, p. 151). Mas, como na vila observada, parece que as mulheres não se sentem tão intimidadas pelas sanções mais leves em relação ao adultério feminino, “a ameaça da transgressão acaba sendo uma arma na mão da esposa” (*Ibid*, p. 152). Desse modo, Fonseca afirma que:

Pelas fofocas, piadas e acusações – armas femininas por excelência – as mulheres manipulam a imagem pública do homem. Diante da “irresponsabilidade” dos homens, elas ficam vulneráveis, em perigo de sucumbir à decadência material; contudo, pela palavra feminina, os homens são submetidos a sanções simbólicas de importância proporcional. (*Ibid*, p. 155).

As fofocas e as brincadeiras são, em muitas situações, uma forma das mulheres dos migrantes não “apenas” se submeterem a uma ordem masculina, que

determina seus espaços de atuação e circulação, em tempos distintos, ao utilizarem do discurso oculto para expressar suas críticas àquele domínio.

Nas relações entre mulheres e homens, elas criam “armas” próprias para usar no ataque e na defesa de seus interesses, seja dentro do ambiente familiar, seja no convívio de outros espaços. Muitas vezes, silenciar se torna uma “arma” tão eficaz quanto falar, bem como falar apenas o que se achar necessário, como vamos ver nos capítulos subsequentes.

1.4 – Escolhas de técnicas e métodos

As técnicas de pesquisa, utilizados neste estudo, resume-se à observação participante e entrevistas orais semiestruturadas. A partir das reflexões de Oliveira (1996), em “*O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever*”, tenho nos exercícios de *olhar* e *ouvir* a primeira fase de um trabalho de campo que se baseia em abordagens qualitativas, como a etnografia, ao passo que *escrever* faz parte da segunda fase. Ao disciplinar esse *olhar* e *ouvir*, sob a ótica metodológica das Ciências Sociais, estarei realizando uma *observação participante*, compreendida como uma técnica de investigação científica, própria desta área, onde a/o pesquisadora/o participa, conforme consentam as situações, das atividades, das ocasiões, dos afetos e interesses de um grupo escolhido. Para Oliveira (1996)

Os atos de Olhar e Ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar, por meio da qual o pesquisador busca interpretar (compreender) a sociedade e a cultura do outro ‘de dentro’, em sua verdadeira interioridade (OLIVEIRA, 1996, p. 30).

Olhar e *ouvir* estão relacionados ao momento da pesquisadora “estar com” as mulheres, no meu caso de pesquisa. Na construção da relação entre eu e elas, precisei estar atenta para a necessidade de, desde o início, se fazer uma observação distanciada, que fuja da demasiada aproximação com as mulheres pesquisadas, mesmo que o método adotado exija uma longa e continuada presença da pesquisadora. (WEBER, 2009, p. 30-33). Nesse sentido, busquei dar atenção à complexa relação entre o estranho mundo das mulheres e o da pesquisadora, como nos sugere Oliveira (1996):

A rigor, não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador, porquanto na utilização daquele como informante o etnólogo não cria condições de efetivo “diálogo”. A relação não é dialógica. Ao passo que, transformando esse informante em “interlocutor”, uma nova

modalidade de relacionamento pode (e deve) ter lugar. Essa relação dialógica, cujas conseqüências epistemológicas, todavia, não cabem aqui desenvolver, guarda pelo menos uma grande superioridade sobre os procedimentos tradicionais de entrevista. Faz com que os horizontes semânticos em confronto – o do pesquisador e o do nativo – se abram um ao outro, de maneira a transformar um tal “confronto” num verdadeiro “encontro etnográfico”. (OLIVEIRA, 1996, p. 20-21).

Sendo assim, fez-se indispensável maior vigilância ao *observar* e *escutar* durante a realização dessa investigação científica. *Observar* e *escutar* é um dos princípios etnográficos, incontroverso desde Malinowski (1976). É através deste método de observação e escuta, suprimindo os interrogatórios na tentativa de “preservar suas iniciativas de classificação e domínio sobre as palavras”, que a pesquisadora se põe vigilante às pré-noções das mulheres, dando importância à linguagem nativa, após transpor o julgo das pré-noções consigo mesma. É a partir “da confrontação entre suas próprias classificações *a priori* e as classificações nativas que pode nascer um instrumento de conhecimento” (WEBER, 2009, p. 27). Isso não significa retomar os conceitos nativos inteiramente, sem uma apreciação crítica a respeito da sua capacidade de forjar ou de dissimular, mas ter habilidade para ouvir e ponderar, sem se render a eles, atribuindo-lhe unicidade verdadeira.

A acuidade dada mais à escuta das mulheres do que aos interrogatórios por meio de questionários permite tanto que escutemos suas classificações próprias, como também previne que recebamos as respostas esperadas àqueles questionamentos e pela pesquisadora. O trabalho etnográfico é uma pesquisa qualitativa, que também pode usar de métodos quantitativos como dados de caráter complementar, mas sua centralidade encontra-se no exercício de “apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de seu mundo” (MALINOWSKI, 1976, p. 38). Minha proposta de estudo exigiu a minha imersão no mundo das mulheres, estudando-as em seus próprios termos para alcançar os sentidos simbólicos que consideram importantes e reais. Neste caso, a observadora participante, quando está face a face com as observadas, procura participar de seu ambiente de convivência, onde coleta os dados para a pesquisa, ou seja, a observadora “é parte do contexto, no qual [ela] ao mesmo tempo modifica e é modificad[a] por seu contexto”. (HAGUETTE, 1987, p. 62). Minha inserção no campo poderia até ser informal, encoberta, dispensando de pouco tempo para a pesquisa, mas como eu não sou parte integral daquela estrutura social, me empenhei em cumprir

uma longa e continuada temporada de frequência no campo, realizando várias viagens, que tento descrever no item a seguir.

Em suma, na primeira etapa desta pesquisa, realizei uma longa e intensa pesquisa bibliográfica, onde procurei compreender as diversas perspectivas teóricas na literatura específica à temática deste trabalho, a partir das contribuições de autores/as clássicos e contemporâneos. Desenvolvi esta fase acessando o acervo de livros e periódicos das bibliotecas da UFCG e também da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, durante o período de estágio que estive no PPGSA – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia.

Na segunda etapa, para o trabalho de campo, adotei a metodologia qualitativa. Os princípios que embasaram minha prática de campo se encontram tanto no método etnográfico, como na História Oral, que estão conduzindo ao mesmo tempo minhas ações (durante o momento da pesquisa) e análises. A História Oral se constitui como um método de coleta usado comumente em pesquisas das Ciências Sociais. Um recurso que proporciona ao/a pesquisador/a a possibilidade de recorrer não somente a informações escritas, mas também a documentos orais, como dados expressivos ao se fazer o resgate de uma narrativa da própria vida. Não seria reduzida apenas a um relato de fatos, mas compreendida como um modo de se chegar a conhecer a vivência dos fatos num certo período histórico aonde só os documentos escritos seriam incapazes de desvendar os significados que envolvem tal grupo social.

Na compreensão da definição do venha a ser a História Oral, Ferreira & Amado (2006), no livro *Usos & Abusos da História Oral*, nos sugere atenção a partir das três principais posturas que apresentam: a primeira a entende como uma técnica; a segunda assegura ser uma disciplina; e a terceira afirma que é uma metodologia. As autoras defendem esta última compreensão, acreditando que

a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como uma ponte entre teoria e prática (FERREIRA & AMADO, 2006, p. xvi).

Meihy (1996), em seu *Manual de História Oral*, aponta uma das possíveis definições para esse procedimento, entendendo o método da história oral como sendo “uma prática de apreensão de narrativas feita por meio do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY, 1996, p. 13). O autor manifesta a dificuldade em definir esse recurso, uma vez que sua dinâmica (de reflexão e ação) torna efêmera qualquer aceção. Em síntese, o autor aponta três elementos fundamentais para essa prática: “o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação”; de onde o/a pesquisador/a deve realizar as seguintes ações: “a da gravação, a da confecção do documento escrito, a de sua eventual análise” (MEIHY, 1996, p. 15-16).

A entrevista é o procedimento base nos estudos que se utilizam da História Oral. Esse momento de interação se distingue de outros instrumentos de investigação, como, por exemplo, a aplicação de questionários e a observação unidirecional. Nesse sentido, estou trabalhando com o *testemunho oral* segundo as propostas de Tourtier-Bonazzi (2006, p. 233), que chamam a atenção para três questões: “a seleção da testemunha, o lugar da entrevista e o roteiro da entrevista”, buscando apreender os modos de reação e resistência feminina em situações de dominação masculina. Para Tourtier-Bonazzi, é dever do entrevistador durante a entrevista:

adaptar-se à psicologia da testemunha, respeitá-la, estar disposto a tomar pacientemente a conversa, suscitar a recordação através de um questionamento discreto se a testemunha for pouco loquaz, orientá-la sem precipitação, não a impedindo de perder-se em digressões, caso ela o seja em demasia, repetir em voz alta suas palavras se estas não forem claramente audíveis, procurando não falar ao mesmo tempo que ela, não insistir quando evita uma recordação, não se precipitar em perguntar de novo porque as recordações precisam às vezes de um tempo para vir à tona, repetir a mesma pergunta de diferentes maneiras para tentar vencer resistências (TOURTIER-BONAZZI, 2006, p. 234).

Para tanto, adotamos a técnica da entrevista semiestruturada, utilizando-a não somente como um instrumento técnico de coleta de informações, mas como uma importante ferramenta de construção de discursos durante o processo de interação social entre pesquisadora e pesquisadas (os), que se dá a partir de cada palavra e gesto aonde ambas (os) vão se permitindo mostrar o que pensam, quem são e o que querem, do modo que acharem melhor fazê-lo. Um dos princípios seguidos foi a liberdade de

expressar-se durante a entrevista, tanto para a pesquisadora, quanto para as/os informantes, a partir de um roteiro, elaborado previamente, com pontos a serem tocados. Afinal, acreditamos que ...

A terceira etapa da pesquisa foi reservada à análise dos dados obtidos no trabalho de campo à luz da literatura. Acredito que o processo da coleta de dados e da interpretação teórica é simultâneo, como nos mostra Cardoso (2004):

A interpretação que se constrói sobre análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontram. A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, por que não são fases sucessivas, mas como elo necessário. (CARDOSO, 2004, p. 101).

Porém, também concordo com Oliveira (1996, p.13) quando diz que “é o escrever o momento mais fecundo da interpretação; e é por meio dele – quando se textualiza a realidade sociocultural – que o pensamento se revela em sua plena criatividade”. Estes não são dissociáveis, mas só chegam ao seu ápice no momento reservado para cada etapa.

1.5 – “Estar com” as mulheres

Um ano anterior ao meu ingresso no curso de mestrado, com a intenção de buscar um objeto de estudo e elementos empíricos para a construção da problemática que eu deveria apresentar no meu pré-projeto de pesquisa, conheci o Município de Tavares-PB através de Marcelo Saturnino Silva, pesquisador do Grupo de Pesquisa: Campesinato, Migrações e Políticas Públicas, coordenador pela Dr^a. Marilda A. Menezes e Edgard A. Malagodi, Marcelo levou-me a um dos *sítios* que ele já havia realizado pesquisas, que resultaram na sua dissertação de mestrado. Em seu trabalho, ele focalizou a migração de jovens homens que são filhos de pequenos proprietários rurais, onde a migração, chamado por ele de “sazonal”, para o trabalho nos canaviais é vista como uma opção para atender o “desejo de autonomia” em relação à família. Ao contrário de Marcelo, desde aquele momento, eu já pensava em observar as *mulheres* que não migram, mas que, de alguma forma, mantêm laços com estes homens que migram, como suas avós, mães, tias, esposas, irmãs, noivas e namoradas.

Nesta primeira ocasião, fiquei hospedada por cinco dias na casa de uma senhora conhecida como Dona Bina. Viúva há muitos anos, ela teve cinco filhos homens e, coincidentemente, todos os seus netos também são homens. Hoje, ela mora apenas com um dos filhos, Vicente, e um dos netos, Josias. Os outros quatro filhos são casados. Três deles moram próximo à Dona Bina e costumam migrar anualmente para trabalhar nos canaviais paulistas, e o outro mora no Estado de São Paulo e trabalha como caminhoneiro.

Como estávamos no mês de agosto, que faz parte do período em que os homens estão trabalhando no corte de cana-de-açúcar no Sudeste, conheci apenas as três noras de Dona Bina. Após realizar entrevistas semiestruturadas com as três, com a ajuda de uma delas, Clara, e de Dona Bina, que conhece muitas famílias do sítio, consegui fazer um mapeamento das *mulheres* que eu poderia entrevistar. Naquele momento, o meu objetivo era colher o máximo de informações a respeito do cotidiano daquelas *mulheres*, tanto no *tempo* em que tinham a presença dos homens, como também no *tempo* em vivenciavam a ausência masculina. Realizei vinte entrevistas semiestruturadas, quase sempre na companhia de Clara, onde enfatizei temas como trabalho, renda, casamento, filhos, migração dos homens, sonhos, etc. Meu material de trabalho se resumia em um caderno, uma caneta e um gravador digital.

Eu já havia realizado entrevistas anteriormente quando exerci a profissão de jornalista, mas aqueles momentos de conversa nas salas e cozinhas das casas das *mulheres* me fizeram refletir profundamente sobre a minha inserção definitiva neste campo científico. Primeiro, eu haveria de estudar, de modo intenso e cuidadoso, temáticas específicas, bastante desconhecidas por mim, referentes à zona rural. E, segundo, precisaria superar os meus medos relativos a vários tipos de vida animal, uma vez que ali os animais pareciam conviver bem mais próximos às pessoas. Entretanto, alguns gestos, que partiram das próprias *mulheres* entrevistadas, de certo modo, me incentivaram a elaborar o projeto de pesquisa que poderia vir a ser desenvolvido naquele *sítio*. Esses gestos se referem, especialmente, ao fato de, gentilmente, me abrirem as histórias de suas vidas, algo que tomei como um ato de confiança por eu ser uma desconhecida, e à hospitalidade demonstrada nos objetos que algumas me presentearam antes da minha partida (feijão, jerimum, ovos, queijo e salgados).

Tecendo considerações sobre o trabalho de campo, o antropólogo Evans-Pritchard (2005) escreveu sobre uma situação semelhante:

Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para o país zande, mas os Azande tinham; e assim tive de me deixar guiar por eles. Não me interessava particularmente por vacas quando fui aos Nuer, mas os Nuer, sim; e assim tive aos poucos, querendo ou não, que me tornar um especialista em gado. (EVANS-PRITCHARD, 2005 [1976]: 245).

De modo similar, eu nunca havia tido interesse pela vida na zona rural e pelas questões da migração dentro do nosso país, mas o objeto de pesquisa que eu começava a desenhar tinha. Então, eu comecei a perceber que eu precisava conhecer melhor esse mundo e assim o fiz. Querendo aprofundar-me no estudo dos temas que envolvem este objeto de pesquisa, iniciei uma incursão no universo rural com a leitura de vários trabalhos acerca do assunto, sobretudo nas Ciências Sociais no Brasil.

Minha volta ao campo de pesquisa se deu seis meses após o início das minhas aulas no curso, em 2010. Eu ainda estava no período em que todas as alunas e os alunos se dedicam à reformulação do projeto, mas já tinha uma questão que me incomodava bastante em relação à pesquisa em Tavares-PB. Perguntava-me se eu poderia, de algum modo, retribuir àquelas pessoas que estariam me dando, “gratuitamente”, o material que constituiria o meu trabalho científico. Estava contrária à ideia de apenas conhecer as vidas das famílias, colher as informações necessárias para a minha dissertação, e alcançar êxito próprio na conclusão do curso e, em seguida, profissionalmente com a obtenção do diploma de mestra em Ciências Sociais. Refletia sobre a possibilidade de oferecer-lhes algo que firmasse e mantivesse aquele laço de reciprocidade que estava se iniciando, e talvez afastar aquela sensação de relação mercadológica na pesquisa, onde a pesquisadora “usa” seus interlocutores para compor o seu trabalho e, depois de finalizado, as “descarta”. A partir dessa reflexão, surgiu a ideia da produção de um documentário sobre o *sítio* Domingos Ferreira.

A proposta do documentário foi de unir a questão do processo de reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombolas⁶, iniciado desde 2008 no *sítio*, aos jovens que não participavam de nenhum tipo de migração frequente na região. O projeto consistiu, então, em elaborar um vídeo-documentário sobre a história do *sítio* Domingos Ferreira, produzido junto com os jovens do *sítio*, a partir da

⁶ Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos (www.palmares.ogr.br).

realização de oficinas. Nessa intenção, percebi que, enquanto eu procurava beneficiá-los, minha pesquisa também seria favorecida, tanto em relação ao estreitamento dos laços de reciprocidade entre pesquisadora e interlocutoras, quanto no que se refere à aquisição de materiais que também poderiam ser usados no meu trabalho.

Assim, elaborei o projeto e apresentei-o numa das reuniões quinzenais da associação comunitária do *sítio*. Foi o meu primeiro contato com o presidente e o secretário da associação e a vereadora que reside no *sítio*. O presidente da associação e a vereadora são casados. Naquele momento, aparentemente, a proposta foi bem aceita por todos, o que me deixou muito entusiasmada para desenvolver o projeto. Convidei vários jovens para participar, principalmente as(os) filhas(os), sobrinhas(os) e netas(os) das *mulheres* que eu havia entrevistado no ano anterior. O estranho é que os jovens aceitavam participar, mas não apareciam para as reuniões. Dona Bina me dizia que alguns eram tímidos demais, outros só se interessavam por festas, e ainda haviam aquelas/es que eram muito ocupadas/os com as tarefas domésticas. Sem entender muito bem quais seriam os motivos que dificultavam reuni-los, insisti e consegui a participação de alguns jovens integrantes das famílias observadas no meu trabalho de campo. Encontramo-nos, pelo menos, uma vez por mês para a produção do documentário, entre os meses de agosto de 2010 e fevereiro de 2011.

Somente no período de finalização das gravações do documentário, um desses jovens trouxe à tona a desconfiança que algumas pessoas tinham em relação a mim. Segundo ele, o desenvolvimento do processo de reconhecimento nacional dos moradores do *sítio* Domingos Ferreira como remanescentes de quilombolas tem atraído muitas pessoas, de fora, com a intenção de também usufruir dos benefícios que eles ganharão do Governo Federal e de outras instituições. Alguns até chegaram a prometer que levariam melhorias, sobretudo em forma de projetos com altos orçamentos financeiros. Receavam que eu fosse mais uma “interesseira”, que desejava usar o nome do *sítio* em benefício próprio através do projeto do documentário e da pesquisa para a universidade. Muito surpresa, procurei explicar no que consiste a produção científica, e depois tentei esclarecer o que significaria a produção do documentário, usando dos termos mais objetivos possíveis naquele momento. Não tenho certeza se a conversa respondeu às dúvidas dele e dos outros, mas, me trouxe certo alívio ter aquela chance de esclarecer a desconfiança quanto à honestidade do meu trabalho no *sítio*. Não descobri quem eram exatamente essas pessoas que desconfiavam dos meus interesses, mas

identifiquei que os dois espaços mais frequentados por este jovem, onde assume funções de liderança, são a associação comunitária e a igreja católica, o que sugere que o receio deste jovem pode ser compartilhado com pessoas que fazem parte dessas duas instituições. Enfim, não acredito que este tenha sido o principal motivo das dificuldades iniciais que tive no processo de produção do documentário para conseguir a participação dos jovens, porém, talvez este tenha sido o maior entrave para uma possível aproximação entre eu e as lideranças do *sítio*.

Ao longo de sete meses, fiz seis viagens ao campo de pesquisa, onde realizava, simultaneamente, a produção do documentário e as observações para o meu trabalho, com anotações em diário de campo. Tomando como estratégia questões bem objetivas, escolhi concentrar o meu olhar, para a pesquisa, sobre quatro famílias que têm suas casas bem próximas umas das outras e mantêm relações entre si. As cinco jovens que mais atuaram na produção do documentário são parte dessas famílias.

1.6 – Do jornalismo à pesquisa sociológica

Inicialmente, imaginava que a escolha de estudar este tema estaria muito distante de qualquer experiência vivenciada por mim. Porém, após o meu ingresso no Mestrado de Ciências Sociais, ao tomar como leitura as histórias das famílias de migrantes nordestinos em direção ao Sudeste do país e conhecer, de perto, as *mulheres* envolvidas nesses movimentos, compreendi que minha escolha está intimamente ligada à memória da trajetória de vida dos meus avós maternos. Eles também trabalhavam com/na terra na região do Sertão Paraibano. Devido às más condições de sobrevivência que passavam em terras alheias, migraram para a capital paulista em busca de emprego e melhor renda na década de 1970. Quando regressaram ao Nordeste, se separaram. Minha avó, então, perpetuou os movimentos migratórios junto às duas filhas solteiras. Sempre que as dificuldades financeiras começavam por aqui, elas partiam para lá, e os mesmos motivos as moviam para um novo regresso. Apesar da deficiência física de minha avó, por inúmeras vezes, a bordo de ônibus precários, buscou o caminho do “Sul”, entre as décadas de 1980 e 1990.

Mais adiante, durante o curso de mestrado, à luz das reflexões do grupo de pesquisa Campesinato, Migrações e Políticas Públicas e das disciplinas cursadas,

percebi que haveria de estar atenta a importantes questões metodológicas, como sobre envolvimento e distanciamento entre a pesquisadora e o seu objeto, o exercício de objetividade e subjetividade, entre outras. Tais questões são diferentes daquelas colocadas por minha formação na graduação como jornalista, me exigindo assim uma preparação metodológica adequada no campo das Ciências Sociais.

Ao estudar Metodologias das Ciências Sociais, no primeiro ano do curso, deparei-me com a possibilidade de, como pesquisadora, “estar com” pessoas para a realização do meu trabalho final. Não ficaria presa a livros. Poderia desempenhar atividades muito semelhantes à de uma jornalista. Logo, pareceu-me simples, mas, instigante. De fato, existem semelhanças entre o trabalho de uma jornalista e o de uma pesquisadora das Ciências Sociais, porém, é preciso estar ciente de que suas visões de mundo, objetivos e métodos suscitam práticas profissionais bastante distintas.

Como todo jornalista, imaginado como um habitante do mundo urbano, que experimenta “no seu cotidiano a cidade como espaço da diversidade, do cruzamento de mundos e ‘tribos’ diferentes, desvendando territórios heterogêneos e construindo assim um mapa, para muitos habitantes, desconhecido” (TRAVANCAS, 2002, p. 03), estranhei quando provei do confronto pessoal que é encontrar-se com um universo diferente. Refiro-me, aqui, ao universo camponês, uma vez que sempre residi em ambiente urbano e nunca frequentei moradias de parentes na zona rural. Logo, percebi que não seria bem como imaginei inicialmente, pois, ao contrário do jornalismo, o trabalho de pesquisa em campo é ligado à pessoa do cientista social que, de forma clássica, é representado pelo pesquisador-viajante. Viagem é o nome dado ao movimento ou deslocamento necessário para a construção desse profissional que busca vivenciar a sociedade do “outro”.

Preocupada em encontrar possíveis pontos onde estes dois campos dialoguem e possam contribuir um ao outro, busquei compreender qual seria a minha função neste trabalho: ou de uma jornalista que “apenas” utiliza de métodos e técnicas das Ciências Sociais, em razão da pesquisa ter essa perspectiva; ou de uma jornalista que “se torna” socióloga/antropóloga ao se dedicar à uma problemática com exclusivo ponto de vista sociológico/antropológico. Com efeito, inquieta-me saber como eu me situo neste trabalho, pois só a partir disso poderei me apropriar das metodologias e proposições necessárias para uma coerente observação do meu objeto de estudo e fugir

do erro de construir simplesmente um relato jornalístico⁷. Neste impasse, percebi que seria imprescindível compreender dois pontos: primeiro, a tensão entre objetividade e subjetividade, como categorias discutidas constantemente nos dois campos; e, segundo, questões relacionadas à produção dos textos e às linguagens usadas.

Enquanto a/o jornalista ainda tenta levantar o estandarte da objetividade, no intento de buscar dar maior credibilidade ao seu trabalho, apesar dos meios de comunicação já demonstrarem seu caráter pouco neutro e imparcial, a/o cientista social opta pela subjetividade, opondo-se à produção de conhecimento objetivo defendida pelo positivismo. Mindich (1998, p. 1) diz que “os papas do jornalismo veneram a ‘objetividade’; um importante editor a definiu como o maior conceito moral original já desenvolvido na América e dado para o mundo”. Essa objetividade jornalística seria, então, encontrada em alguns gêneros, como a notícia e a reportagem, deixando para o editorial um espaço para a exposição para a chamada “opinião do editor”, que tem um caráter mais subjetivo. No entanto, o que encontramos no verbete *objetividade* do Manual de Redação da Folha de São Paulo é a seguinte afirmação: “Não existe objetividade em jornalismo”. E continua: “Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões, em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições sociais, hábitos e emoções” (FSP, 2001, p. 28). Essa tensão está ligada às definições mais conservadoras de jornalismo que dá ao seu profissional uma responsabilidade social com o interesse público, quando afirma que o “jornalismo é informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos diariamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”. (BELTRÃO, 1992, p. 67).

Já nas Ciências Sociais, a subjetividade tem seu espaço e sua importância, mas com ressalvas às armadilhas do método etnográfico, como nos alerta a antropóloga Ruth Cardoso (2004):

Tal como nos manuais tradicionais, a subjetividade é abolida e os discursos são analisados como exteriores aos atores que os

⁷ Quando falo em “relato jornalístico”, refiro-me ao conceito de reportagem dado pelo manual d’OESP (2001, p. 67), que diz que “a reportagem (...) difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o conhecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes e divide-o quando se justifica, em retrancas diferentes que poderão ser agrupadas em uma ou mais páginas. A notícia não esgota o fato; a reportagem pretende fazê-lo”.

produziram. (...) Várias orientações teóricas não-positivistas formularam novos lugares para a subjetividade do observador. E não se trata do subjetivismo descontrolado invadindo o campo da reflexão racional, mas sim da natureza intersubjetiva da relação entre o pesquisador e seu informante. (CARDOSO, 2004, p. 101).

Esta citação chama a atenção para a sempre insistente preocupação em a pesquisadora não tomar, nesta subjetividade, uma atitude militante por ter afinidade com grupo observado e suas causas, deixando de lado a interpretação teórica. É preciso tomar cuidado com a proximidade com o objeto de estudo e a afinidade com o grupo. Ainda sobre a subjetividade na pesquisa sociológica, apontando para a nossa próxima preocupação, Erickson (1984) nos sugere:

Então eu devo, pelo menos, explicitar a você o ponto de vista que eu trouxe ao local estudado e sua evolução enquanto estive lá, como também o ponto de vista com que deixei o local. O objetivo desejado não é aquele impossível de objetividade incorpórea (eu sou um sujeito, não um objeto), mas o objetivo é ter clareza ao comunicar o ponto de vista como sujeito, tanto para mim mesmo quanto para os meus ouvintes. (ERICKSON, 1984, p. 60).

O outro ponto que me preocupa é em relação ao texto final, resultado desta pesquisa, e à sua publicação. A observação em campo e a sua análise são realizadas simultaneamente, proporcionando possíveis modificações durante a pesquisa, tanto no que se refere aos instrumentos de observação, como também aos de interpretação. Por isso, é preciso que eu consiga me cultivar crítica quanto à apreensão do objeto pesquisado. Isso me deixa apreensiva no modo como escrever e publicar tal trabalho, uma vez que, assim como no jornalismo, o trabalho divulgado pode vir a prejudicar as pessoas pesquisadas. Uma questão que anda lado a lado com a ética da pesquisadora.

Entretanto, há que se distinguir também o texto e a escrita da cientista social dos de uma jornalista. Em primeiro lugar, é bom lembrar que uma reportagem quase nunca é pautada pela jornalista, mas pela(o) sua(seu) chefe de reportagem e pelo(a) seu(sua) editor(a). Já no trabalho da(o) cientista social, a escolha da temática a ser pesquisada é feita pela própria pesquisadora, tomando como base seus interesses intelectuais e aspectos objetivos. Em segundo lugar, é importante dizer que o texto jornalístico impresso, geralmente, ou é assinada por muitos autores, ou é anônimo, como o famoso “Da redação”, e busca ter uma linguagem clara, concisa e objetiva. Nas Ciências Sociais, a pesquisadora escreve para a academia científica, destinado a ser

avaliado por seus colegas de trabalho, podendo, posteriormente, ser publicado para a sociedade em geral. Nos dois casos, procura-se dar voz às entrevistadas e aos entrevistados, o que dá legitimidade aos textos. Enquanto a jornalista deve, na construção da notícia, ouvir todos os lados, a cientista social busca escutar o que pensam as pessoas pesquisadas, sem procurar tornar-se uma delas ou apenas reproduzir seus discursos, mas buscando produzir um conhecimento científico.

A pesquisadora deve se fazer presente em seu texto, assumindo sua autoria como *interlocutora* nesta interpretação dialógica, o que também dará legitimidade ao seu texto. Porém, é preciso sempre tomar o cuidado de preservar os *segredos* das famílias, especialmente das mulheres. Compreendo a importância da minha fidelidade aos dados coletados, sem privilegiar apenas o que convir na sua apresentação, o que trará boas relações de confiança. Porém, entendo também que, na pesquisa, a ética versa sobre as normas relativas aos atos tidos como adequados ou inadequados pelo grupo pesquisado, o que pode gerar certo desconforto ou algum conflito entre a pesquisadora e as pessoas pesquisadas. Por isso, a pesquisadora deve interagir vigilante às regras postas pelo grupo, buscando não desrespeitá-las ao seguir princípios básicos, como: proteger a identidade das(os) pesquisadas(os); manter sempre um tratamento de respeito e franqueza com os sujeitos envolvidos, evitando mentiras; e conservar-se fidedigna na elaboração dos resultados. Sabendo que estas propostas éticas não são encerradas em si mesmas, e tendo consciência da circunstância que estou experienciando, estou pretendo encontrar o melhor modo de cumprir a minha responsabilidade com este trabalho, mas também com o grupo pesquisado, apesar de ser bastante delicado.

TEMPO DE PRESENÇA

2.1 – Retorno dos *canistas*

O *tempo de presença* dos homens no *sítio* Domingos Ferreira recomeça quando os *migrantes temporários* voltam da safra da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Isso se dá, geralmente, entre a última quinzena do mês de novembro e os primeiros vinte dias de dezembro. Quando a chegada dos ônibus acontece durante o dia, muitas mulheres vão ao encontro dos homens, seja na sede do município, seja em cidades vizinhas.

Mas, quando ocorre à noite, são os homens que *ficaram* que vão buscar os migrantes. Quem não possui carro próprio, procura fretar um automóvel modelo D20, muito usado para transitar na zona rural da região, que oferece bastante espaço para carregar os objetos comprados em São Paulo, como, por exemplo, televisores, aparelhos de som e motocicletas, entre as miudezas. Alguns consideram “afobação” da esposa querer ir ao encontro do marido. Ela “deve” esperar em casa.

Com fogos de artifício, os homens migrantes anunciam sua chegada, quando se aproximam de seus municípios, e agradecem a Deus, anjos e santas/os pelos bons resultados da safra da cana-de-açúcar e pela boa viagem de volta à sua origem. As famílias também recebem os migrantes com fogos de artifício.

Marcelo Silva (2008) observou este costume das famílias como um reconhecimento do heroísmo dos homens migrantes que tiveram a coragem de enfrentar a dureza do trabalho nos canaviais paulistas. Há alguns que, nos primeiros dias de volta às suas casas, continuam soltando fogos como forma de agradecimento.

2.2 – Festas diversas

Churrascos, casamentos, batizados, aniversários, *bingos*, *forrós*, formaturas, shows em clubes, natal, virada de ano e carnaval são algumas das diversas festas vivenciadas pelas famílias neste *tempo de presença* dos migrantes no local de origem. Dentre tais festas, observei um dos *churrascos* realizados no *sítio*. O *churrasco* aconteceu no bar que pertence a um dos filhos de Dona Bina, Francisco, esposo de Josa. O bar é parte da casa de Josa e Francisco, localizado no *sítio* vizinho chamado Chapada,

bem próximo ao campo de futebol. Todos os sábados acontecem jogos entre times de homens solteiros e casados neste campo. As mulheres solteiras e também casadas frequentam o ambiente apenas como espectadoras.

Após o término dos jogos, por volta das 18 horas, grande parte se dirige ao bar de Francisco para beber, comer, conversar e ouvir música. Quando os homens migrantes estão presentes, Francisco e Josa costumam preparar um bode ou um porco para o *churrasco*. A matança do animal é feita por Francisco, com a ajuda de outros homens, como seus irmãos, mas o cozimento, o tempero e pratos de acompanhamento são preparados por Josa.

Dentro do bar está o balcão onde são despachadas, por Francisco e seus irmãos, as bebidas e os pratos, predominando a circulação apenas de homens. Mas, a maioria dos homens prefere se agrupar em rodas do lado de fora do bar, próximo à churrasqueira e aos carros com aparelhos de sons ligados em alto volume. As mulheres circulam pela porta da frente da casa. Em número menor, elas se agrupam na calçada que dá acesso a entrada da casa. É por meio dessa porta que Josa serve os pratos. Quando uma das mulheres deseja uma bebida, um dos homens vai até o balcão e trás para a mulher. Os casais presentes não chegam juntos, seja para os jogos, seja ao bar. Primeiro, chegam os homens para o jogo, depois as mulheres. E, após o término do jogo, todos seguem para o bar. E, do mesmo modo, continuam divididos em grupos de homens e de mulheres até o momento de ir embora. As mulheres bebem cerveja e os homens, em sua maioria, bebem cachaça.

Compreendi que não é bem aceito que as mulheres consumam cachaça quando numa de minhas primeiras viagens ao *sítio* almocei à mesa com os homens que trabalhavam na construção do banheiro da casa de Dona Bina e foi colocada uma garrafa de aguardente no centro da mesa. Todos se serviram da pinga. Então, Vicente, filho de Dona Bina, me olha e afirma que eu não bebo pinga. Todos os homens da mesa concordam e, logo, me servem refrigerante. Na minha última viagem, a jovem Aparecida fala que gosta de tomar cachaça, mas só o faz em casa. Nas festas, no *sítio*, na *rua* e em outros lugares, bebe somente cerveja.

“Quando ele chega é só alegria”, diz Dona Têta que assegura ficar “grudada” no esposo durante todo o período de sua presença, acompanhando-o a todos os lugares. Zé Paulo, esposo de Dona Têta, migra para o *corte de cana* há quinze anos.

Antes de casar, migrava para o *corte de cana* no Estado de Alagoas. O casal tem duas filhas, dois filhos e um neto, morando todos juntos na mesma casa.

Os fogos de artifício da chegada dos migrantes se unem aos fogos da Romaria Mariana do Povoado Belém, também pertencente ao Município de Tavares, marcando o início de um período intenso de variadas festas. A romaria acontece sempre no fim de semana que antecede o dia 08 de dezembro, dia dedicado à Nossa Senhora da Imaculada Conceição no calendário católico cristão. Durante toda a caminhada, da sede do município ao povoado, esposa e filhas/os acompanham o esposo e os filhos migrantes que vão soltando dúzias de fogos como pagamento de promessas que, em sua maioria, não são reveladas.

É tempo da *mulher* sair de *casa*, mas sempre na companhia do marido. Ela visita as comadres, as amigas, os parentes, que geralmente são ligadas a *canistas* que trabalharam junto com o seu esposo ou filho. Os *canistas* também querem muito saber das novidades do *sítio*, do município, da região. Por isso, eles também gostam de visitar frequentemente amigos e parentes que não migraram. Alguns saem sempre com a esposa, porém, outros nunca são acompanhados por ela.

Quando Alexandre chega *das canas*, Eliane sai praticamente todas as noites, em sua companhia, para visitar amigos e parentes do próprio *sítio*. Mas, algumas mulheres quase nunca saem de *casa*, sobretudo se o esposo costuma volta e meia ir ao bar consumir algum tipo de bebida alcoólica, o que é bastante visto durante esse *tempo de ausência*. Sabe-se, por meio de falatórios de vizinhas, que existem situações em que *canistas* passam longas horas nos bares e/ou em *casas* de outros, em festas, até mesmo traindo as esposas, e chegam às suas *casas* bastante embriagados, tendo atitudes violentas com a mãe, a esposa, as/os filhas/os.

Esta foi a única vez que ouvi sobre a existência de casos de violência doméstica entre as famílias do *sítio*, o que aponta que estas situações são silenciadas e ocultadas pelas *mulheres*, que reforçam sempre nas entrevistas a imagem do *pai/marido bom*.

A única oportunidade que os pais *canistas* têm de participar de alguma atividade escolar de suas filhas e filhos é no fim do ano letivo, quando chegam *das canas*. Em dezembro, na escola do *sítio*, sempre são comemorados o período natalino

que se aproxima e a conclusão das turmas que estão terminando a pré-escola, os anos iniciais e os anos finais do ensino fundamental. As comemorações acontecem no pátio da própria escola, com a participação da toda a equipe escolar, das alunas e dos alunos, e dos familiares destes, principalmente mães e pais.

Mães e suas crianças criam expectativas, durante o *tempo de ausência*, quanto a este momento em que o pai poderá contribuir materialmente com as festividades e estar presente compartilhando a alegria da conclusão desta etapa dos estudos. O trabalho do pai *canista* assegura a participação da criança na festa da escola, com roupas e calçado novos, e recursos para qualquer outra despesa necessária.

Observei que as crianças menores de 10 anos, filhas/os de *canistas*, demonstram sentir mais a falta dos pais, como, por exemplo, em momentos festivos, onde desejaria estar acompanhado da mãe e do pai, quando há.

Natanael, três anos, filho de Clara e Benedito, sente muita saudades do pai durante o *tempo de ausência*, quando por muitas vezes falava para sua mãe do desejo da presença do pai na festinha da escola, no fim do ano. Assim, como Natanael, as crianças menores não costumam falar ao telefone com os pais, no *tempo de ausência*. Quando questionados, elas se calam, riem-se, escondendo o rosto, olham para as mães, dizem que não gostam.

A explicação vem das mães que dizem apenas ser vergonha ou a dor da saudade, como quando nos dá aquele nó na garganta e as palavras não saem. Apenas ouvem seus pais, quase sempre emudecidas. Muitas vezes, os pais têm a mesma reação lá no local de destino, e por isso preferem não falar muito com as/os filhas/os.

Como a população residente no *sítio* se reconheceu “negra ou afrodescendente”, recebendo assim o título de “comunidade remanescente de quilombolas”, desde 2008, é comemorado o Dia da Consciência Negra na semana do dia 20 de novembro. A festa é organizada pelos associados da “Associação Remanescente de Quilombo”. A preparação da festa é feita nas reuniões ordinárias, que acontecem quinzenalmente, aos domingos, pela manhã.

A presença das mulheres é significativamente maior que a dos homens. No entanto, os homens fazem mais uso da palavra durante as discussões e suas ideias são mais aceitas na hora das decisões. O espaço da associação ainda guarda partes da antiga

casa de farinha, como o forno à lenha onde era torrada a farinha peneirada, uma máquina de triturar mandioca e o alpendre onde se iniciava o processo da “farinhada” com o descascamento da mandioca. Hoje em dia, é usado também para guardar alguns objetos comunitários, como a balança usada pela Pastoral da Criança para pesar as crianças do *sítio*, uma carroça de madeira e uma máquina de debulhar milho.

No momento da reunião, as mulheres, em maior número, se aglomeram em pé próximo à porta de trás, enquanto os raros homens que participam sentam-se perto da porta da frente, na carroça e nos poucos *tamboretetes* que a associação possui. Entre eles, estão o presidente da associação, Moacir, o vice-presidente, Davi, o secretário, Eduardo, e os homens mais velhos que não migram *pras canas*. Nesta área, fica também a vereadora do *sítio*, Socorrinha, que é esposa de Moacir, já foi secretária da associação e encaminha o processo de reconhecimento do *sítio* desde o início, por isso, é a principal organizadora da festa.



Fotografia 1: Fachada da Associação Remanescente de Quilombo.
Fotografia 2: Reunião ordinária da Associação – espaço da diretoria.
Fotógrafa: Marília Lucas (com câmera do celular).



Fotografia 3: Reunião ordinária da Associação – espaço dos homens.
Fotografia 4: Reunião ordinária da Associação – espaço das mulheres, em segundo plano.

Fotógrafa: Marília Lucas (com câmera do celular).

Em 2011, a festa foi realizada no clube do *sítio*, o “Ferreirão”, que pertence a Moacir e se localiza ao lado de sua casa. Os trabalhos começaram pela manhã com grande presença das/os moradoras/es do *sítio*, sobretudo mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Participaram também representantes políticos, religiosos, do governo municipal e associados para discutir a saúde da população afrodescendente, seguindo o debate iniciado pelo Governo Federal nesse ano.

Além da anfitriã da festa, Socorrinha, caracterizar-se com saia longa e florida, grandes colares e lenço estampado na cabeça, um grupo de mulheres e alguns jovens se vestiram com roupas que lembravam os escravos negros e dançaram músicas com letras que valorizam a liberdade humana e relembra o sofrimento de seus antepassados, descendentes africanos. O evento durou até o início da tarde.

Curiosamente, não havia participação de *canistas* na festa, apesar de muitos já terem chegado *das canas*. É que no mesmo horário estava acontecendo um torneio de futebol no campo do *sítio*. Este é um dos eventos preferidos dos *canistas* quando chegam *das canas*. Todos os finais de semana, os *canistas* participam de torneios no próprio *sítio*, recebendo a presença de *canistas* de outras localidades, e também participam em outros lugares.

Desses torneios que ocorrem fora do *sítio*, as mulheres casadas não costumam acompanhar os maridos, já as noivas, namoradas e solteiras frequentam e aproveitam para namorar ou paquerar os *canistas*. Ao final dos jogos, há sempre um grande churrasco, onde os *canistas* bebem à vontade e exibem suas novas motos e dinheiro. (SILVA, 2008).

Além das tradicionais festas religiosas como a Romaria do Belém e Nascimento do Menino Jesus, realizadas pela igreja católica todos os anos, é tempo também das eventuais festas que envolvem o recebimento dos sacramentos do batismo, da eucaristia, da crisma e do matrimônio. Essas celebrações são promovidas preferencialmente no *tempo de presença*, quando toda a família estará unida.

Nesse *tempo*, são realizadas também as festas de aniversário. Mesmo que a/o aniversariante complete mais um ano de vida no *tempo de ausência*, a comemoração

é programada para quando *os canistas* chegam *das canas*. Como esse tipo de festa é mais organizado para crianças e *canistas*, é essencial a presença dos *canistas* para os aniversariantes que ficam e dos parentes para os aniversariantes que vão *pras canas* na celebração da vida. A festa infantil é preparada pela mãe e pelas *cumades*. Tudo é planejado ainda no *tempo de ausência*, mas os principais itens necessários são comprados somente com a chegada dos *canistas*, tendo em vista que as despesas são pagas com o dinheiro *das canas*.

Na festa, que geralmente é realizada na própria *casa* do aniversariante, crianças e adultos dividem o mesmo espaço, onde uns entretém-se com doces e brincadeiras e outros com bebidas alcoólicas e tira-gosto. Não diferem em muitos aspectos das festas de aniversariantes adultos, somente que esta também pode ocorrer num bar ou na casa de amigos e, apesar de também ser preparada pelas *mulheres*, tem os homens à frente de sua organização.

No gráfico, abaixo, observe o calendário de eventos do *sítio* e da cidade, organizado a partir dos *tempos de presença* dos homens migrantes:



Gráfico 3: Calendário de eventos no *tempo de ausência*

Esse movimento migratório permite que mulheres e homens vivenciem dois espaços: a região de origem e a região de destino, em tempos distintos. Para os homens, a região de origem se configura como o ambiente da família, do aconchego, do descanso, da segurança, onde se goza da liberdade do próprio tempo de trabalho, visto que no mundo camponês o trabalho é perpassado por relações de parentesco, vizinhança e ajuda mútua, ou seja, é um espaço representado em seu imaginário pela terra “enquanto morada, meio de sobrevivência, patrimônio e, sobretudo, enquanto *lugar*, isto é, enquanto materialização de relações sociais e simbólicas”, ou ainda “como uma espécie de espaço protetor, de reenraizamento, de porto seguro, de paraíso perdido”. (SILVA, 2001, p. 1-2); já a região de destino é percebida pelos migrantes como o espaço onde se busca as condições objetivas para a sobrevivência da família, espaço

marcado pela precariedade, individualização, insegurança e pelo controle sobre o trabalho e o tempo de cada um (Cf. MENEZES, 2002; SILVA, 1999; COVER, 2011).

Para as mulheres, a região de origem também é percebida como espaço familiar, o qual, durante o período da migração, é povoado de ausência: “Aqui agora está ruim, vazio, dezembro [referência à volta dos migrantes], aqui, é outra coisa” (Maria, esposa e irmã de trabalhador-migrante, Município de Tavares – PB). Nesse espaço, elas vivenciam a ausência dos homens, tendo que decidir ou cumprir o que estes decidem sobre todos os assuntos referentes à casa, à terra, aos filhos, ao seu comportamento, entre outras coisas; já a região de destino é algum lugar incógnito, que gera sentimentos de insegurança, de preocupação com a saúde e a segurança dos que estão lá, e com o lucro do trabalho no corte de cana-de-açúcar que resulta no envio de remessa de dinheiro mensalmente, além de provocar saudade intensa e expectativa da volta dos homens no fim do ano. Elas também têm medo de que o outro (esposo, pai, irmão, namorado, noivo) não mais regresse. Esse medo está relacionado ao temor de serem traídas e abandonadas pelos seus esposos, noivos ou namorados. Com efeito, nesses locais de origem, são muitas as mulheres que não mais esperam a volta dos esposos, certas de que os mesmos não mais retornarão, uma vez que constituíram outras famílias nos lugares de destino.

Nesse sentido, as discussões das categorias tempo e espaço auxiliam na compreensão, de modo mais detalhado, de como se dá o gerenciamento feminino da casa e do roçado, observando quais as suas implicações e a cosmovisão das mulheres sobre esses espaços, sem perder de vista a copresença masculina no tempo da safra da cana-de-açúcar.

Entendemos espaço e tempo como categorias essenciais em nossa experiência de mundo. Segundo David Harvey (1996), o senso comum considera as categorias de espaço e tempo com naturalidade. Porém, o que se nota é uma multiplicidade espantosa nas formas de pensar essas categorias. Dessa variedade nasce um lugar de debate entre diversos pontos de vista e, muitas vezes, de conflito. O conflito se apresenta entre indivíduos, grupos, povos, modos de vida, formas de observar o mundo, outros. Harvey (1996), em *Condição Pós-moderna*, assegura que não existe um “sentido único e objetivo de tempo e espaço”, tendo em vista que o estabelecimento de um único sentido convém à dominação.

Harvey (1996), então, vem sugerir uma elucidação materialista, onde o desenvolvimento das compreensões de tempo e espaço é analisado pelas práticas e processos materiais de reprodução da vida social. O autor, na busca de refletir acerca da pós-modernidade e seus efeitos na sociedade contemporânea, abordando temas como cultura, arte, arquitetura, urbanismo, cinema, tempo e espaço, assegura que estamos assistindo a mais uma complexa etapa do processo de “aniquilação do espaço por meio do tempo”, que permanece continuamente no cerne da dinâmica capitalista, ou seja, o aceleração dos processos globais faz-nos sentir que o mundo parece ser pequeno e as distâncias menos extensas, onde os acontecimentos em um determinado lugar trazem um imediato impacto sobre lugares e pessoas localizadas a uma grande distância. Entretanto, a redução das barreiras espaciais não provoca atenuação do sentido do espaço, mas implica na reafirmação e no realinhamento hierárquico na essência desse sistema chamado global (Cf. HARVEY, 1996).

2.3 – Compras e vendas de coisas

Os primeiros dias da presença dos homens no *sítio* também é um período dedicado às compras de mercadorias. Essas compras, feitas com parte dos salários do *corte de cana*, começam quando os homens ainda estão em São Paulo, como citado neste capítulo anteriormente. Sua chegada provoca significativa movimentação no comércio do município. Os investimentos, a serem realizados pela família dos migrantes com a renda obtida no *corte de cana*, são diversificados. Junto à compra de *terras* vem a realização dos casamentos, que estão ligados aos “projetos de autonomia financeira”, no caso dos mais jovens.

Silva (2008) observou que a estratégia de migrar permite às famílias: a “compra de terreno e a reprodução do campesinato”; abertura de “pequenos comércios, como bares e lojas”; “aquisição de uma profissão técnica”; e a “construção de casas”, além de “práticas de sociabilidade mediada pelo consumo” de roupas, calçados, motocicletas, entre outros. (Cf. SILVA, 2008, p. 160-170).

Com dados do Censo Demográfico 2010, o gráfico, abaixo, mostra as principais *coisas* ou bens duráveis adquiridos pelas famílias tavaresenses, comparando os 1.890 domicílios rurais e os 1.913 domicílios urbanos de Tavares:

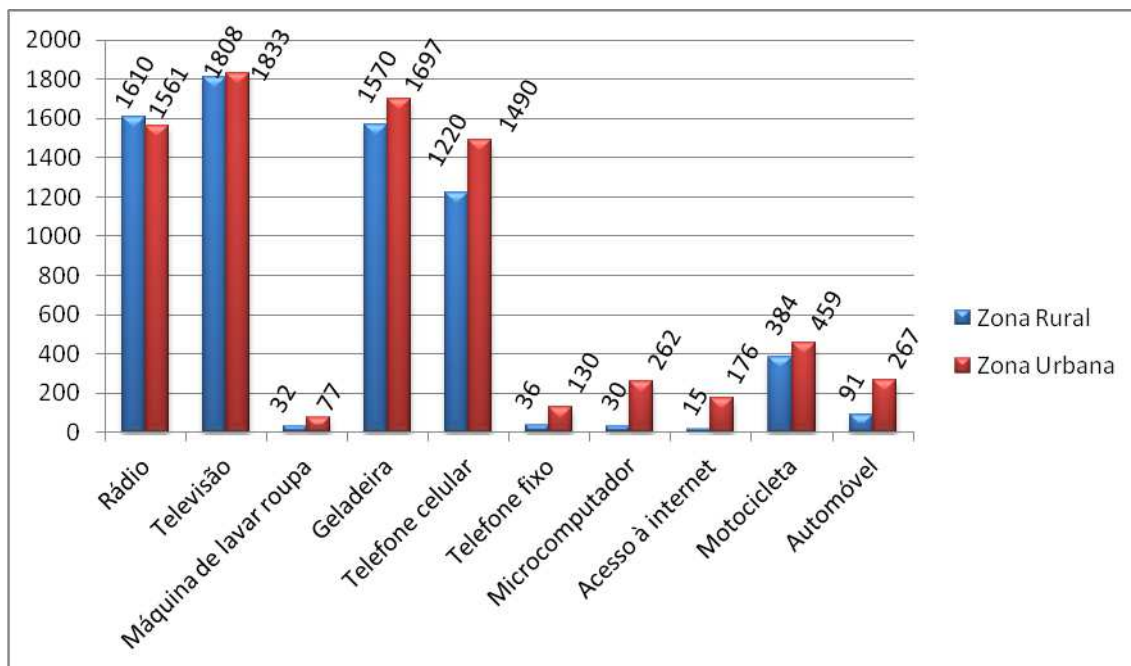


Gráfico 4: Comparação entre rurais e urbanos na aquisição de bens duráveis.
Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

Dentre essas práticas de consumo, observei que os homens também fazem a compra de *coisas* que serão utilizadas apenas por suas mães, esposas e filhas. Maridos, filhos e namorados têm o costume de comprar muitos utensílios domésticos em São Paulo para as mulheres que *ficam*, como colchas de cama, lençóis, toalhas, tapetes, panos de prato, além de eletrodomésticos e eletrônicos. Entretanto, o que chama a atenção é a compra de *coisas* de uso pessoal das mulheres.

Anaciete e Analice, por exemplo, além de fazerem faxina uma vez por semana na casa da madrinha de Anaciete, realizam o trabalho de manicure de forma autônoma. Porém, é Zé Paulo, o pai, que escolhe e compra os esmaltes em São Paulo, dias antes de voltar da safra da cana-de-açúcar. As duas sonhavam em mudar de trabalho abrindo um negócio próprio, como um bar ou uma lanchonete, mas o pai negou o investimento financeiro e sugeriu a abertura de um salão de beleza. Desanimadas com a atitude do pai, as jovens desistiram e não levaram seu desejo a frente.

O aparelho celular é uma das mercadorias trazidas do *corte de cana* como presente para as esposas dos migrantes. O valor do celular, em São Paulo, é mais baixo do que na região de origem. O celular chega às mulheres como objeto de consumo

desejado que se transforma num meio necessário para ligar o controle das mulheres, e também dos homens, como veremos no próximo capítulo.

Alexandre trouxe, do *corte de cana*, um vestido e uma sandália para Eliane, escolhidos por ele com muito bom gosto, conforme comentaram as outras mulheres da família. Segundo Dona Bina, Eliane não dá importância à compra de roupas e calçados novos para si. Semelhante a Eliane, Clara também tem alguns objetos de uso pessoal comprados pelo o marido, Benedito. Ao chegar do *corte de cana*, ele foi sozinho até uma loja do município e escolheu e comprou três frascos de perfume. Dois para ele e um para ela.

Dias depois, acompanhando uma comadre a uma loja de roupas, Clara gostou de um vestido vermelho que, segundo ela, seria ideal para usar na festa do natal, mas não comprou. Disse que pediria a Benedito para ir buscá-lo, ou seja, comprá-lo. Já as compras de alimentos, seja mensalmente (na sede do município), seja para o consumo de um longo período (em municípios vizinhos), são feitas pelo casal.

A reforma da casa de Celina foi paga pelos três filhos com o dinheiro *das canas*. Celina ampliou os cômodos, deu nova pintura às paredes e retelhou toda a *casa*. Ela também comprou novos móveis, eletrônicos e eletrodomésticos. Entretanto, um dos filhos foi quem escolheu cada detalhe, como as cores das paredes, as mudanças na estrutura da *casa* e os modelos das *coisas* a serem compradas. Quando estava no *tempo de ausência*, o filho passava tudo que era do seu agrado para a mãe através do celular. E, conforme explicou Celina, ela seguia fielmente os desejos do filho.

A maioria das *casas* do *sítio*, hoje, já possui banheiro dentro da própria *casa*, com caixa da d'água por cima para uso do vaso sanitário, pia e chuveiro. Com a ampliação dos cômodos, bastante recorrente nos últimos anos, o *antigo* mistura-se com o *novo*, ou seja, as *coisas velhas* permanecem e dividem o espaço da *casa* com as *coisas modernas*.

Na *casa* de Celina, com a reforma, se passou a ter duas cozinhas: uma à vista da sala de estar e da sala de refeições, onde fica o fogão a gás, a geladeira, a mesa de mármore e aço e o armário de aço com liquidificador, batedeira, entre outros objetos; e outra cozinha que fica na parte de trás da *casa*, com o nível do piso inferior ao piso do restante da *casa*, onde ficam as *coisas* da *antiga* cozinha, como a mesa de madeira, os

potes de barro para beber água e para água de cozinhar, o fogão à lenha, as armações de ferro onde são penduradas as panelas, os pregos nas paredes onde são colocadas as bacias e o armário de madeira.



Fotografia 5: Potes de barro com água para beber e cozinhar.

Fotografia 6: Fogão à lenha.

Fotógrafa: Marília Lucas (com câmera do celular).



Fotografia 7: Geladeira, fogão a gás e pia de mármore com água encanada de caixa d'água exclusiva.

Fotógrafa: Marília Lucas (com câmera do celular).

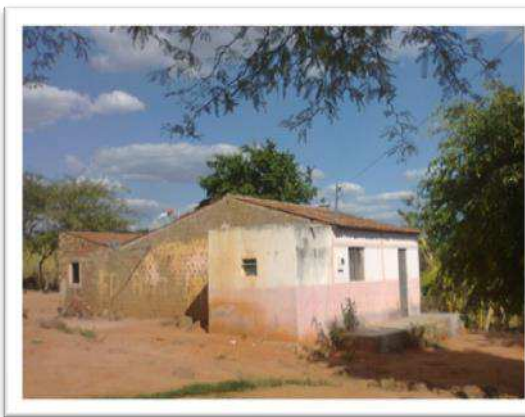


Fotografia 8: Armação de ferro.

Fotografia 9: Armário de aço.

Fotógrafa: Marília Lucas (com câmera do celular).

Em outras *casas*, com menor espaço, há uma única cozinha que abriga todas essas *coisas antigas e modernas*. Noutros espaços da *casa*, essas *coisas* também se encontram lado a lado, como o penico nos quartos, uma alternativa ao uso do banheiro durante a noite, as cadeiras de balanço em ferro e nylon e os *tamboretetes* de madeira com as poltronas estofadas de dois e três lugares, e as fotopinturas dos membros mais *velhos* da família com os porta-retratos dos mais *novos* nas paredes da sala de estar.



Fotografia 10: Penico no quarto para uso noturno.

Fotografia 11: Banheiro construído posteriormente a casa.

Fotógrafa: Marília Lucas (com câmera do celular).

As *coisas* que foram sendo sonhadas e planejadas no *tempo de ausência*, entre esposa e marido e/ou mãe e filhos durante as ligações diárias, são compradas no *tempo de presença*, logo na chegada dos *canistas*.

2.4 – Recomeço do ciclo da terra

Nas últimas chuvas do ano, quando se completa três meses após o fim da última safra, as famílias voltam a plantar, principalmente feijão e milho. As primeiras etapas são feitas pelos pais e filhos. Em dezembro, ainda, eles brocam/destocar. A partir do mês de janeiro, eles aram a terra, plantam e limpam a *roça* que, antes da *migração permanentemente temporária* masculina, era a única ou a maior responsável pelo consumo da família.

A tarefa “oficial” das mães e filhas é de colher o feijão e quebrar o milho, meses depois, quando os homens já estiverem *nas canas*. No entanto, as mulheres participam de todas as fases da produção na *roça*. Quando não estão *ajudando*, elas são encarregadas de preparar e levar o almoço dos homens na *roça*. Quando os maridos estão aqui, elas ficam mais tempo em casa. Só vão, na *roça*, para *ajudá-los*, mas não permanecem por todo o dia.

As esposas percebem a importância do trabalho das mulheres junto ao dos homens na *roça*, compreendendo a insuficiência do trabalho masculino para suprir as despesas da família, mas ainda enxergam o trabalho feminino no campo como inferior, pela diferença da força física e do tempo empregados, citando constantemente o termo *ajuda* quando se referem ao seu próprio trabalho.

Ele sozinho pra trabalhar, aí não dava não. Certo que eu trabalho também, mas a mulher nunca trabalha que nem o homem na *roça*, né? Derra [desde] que eu casei que eu *ajudo* ele. Assim, quando ele sai daqui que ele vai *pras cana*, ele deixa a *roça* já prantada [plantada], já limpa. Aí, eu faço só colher. Aí, nas quebra de milho, eu quebro, mando fazer na máquina. Aí, quando ele chega, tá tudo pronto. (Têta).

Observa-se que essas esposas compreendem sua tarefa de *ajuda* na *roça* como um trabalho temporário complementar ao dos homens, sendo que suas *obrigações* de fato são as tarefas desempenhas em *casa* (interior e arredor).

Mães e esposas acordam, por volta das três e meia horas, para preparar o café que será tomado pelos homens que vão trabalhar na *roça*. Geralmente, eles saem por volta das cinco horas. Logo após, elas dão continuidade às suas tarefas, em *casa*, de fora para dentro. Essas atividades são, em sua maioria, relacionadas à limpeza e aos atos de alimentar e cuidar. Primeiro, varrem *as portas* ou *o terreiro*, que compreende todo o arredor da *casa*, isto é, frente, trás e *oitão* (laterais da casa).

Depois, elas alimentam os animais de pequeno porte que são criados próximos a *casa*, como galos, galinhas, porcos, porcas, bodes e cabras, e os animais de estimação, como cadelas, cachorros, gatas, gatos e pássaros, que também circulam pelo interior da *casa*. Em seguida, é hora de acordar as/os filhas/es menores. É preciso arrumá-los e alimentá-los para irem à escola, que fica no próprio *sítio*. As aulas iniciam às 07:00 horas e terminam por volta do meio-dia. As crianças menores vão com as maiores à escola, sejam parentes, sejam apenas vizinhas, amigas. A limpeza da *casa*, que deve ser feita ainda pela manhã, é uma *obrigação* das filhas.

Em alguns casos, o preparo do almoço também é uma *obrigação* das filhas, mas, geralmente, as mães/esposas é que têm a *obrigação* de preparar e levar o almoço para os homens que estão na *roça*. Assim, elas podem *ajudá-los* no período da tarde, se for necessário, o que acontece quando a família tem poucos homens possibilitados para trabalhar na *roça* e não “contratam” outros homens, ou por que aceitam que a esposa trabalhe, tendo em vista que é apenas uma *ajuda*, ou por que não têm dinheiro suficiente para pagar os salários.

O fato de aceitar ou não o trabalho das mulheres na *roça* foi outro ponto instigante observado nas famílias, quando algumas esposas, sobretudo as mais jovens, admitem que não trabalham por que não gostam, pois consideram este um serviço ruim por ser *pesado*, e por que os maridos não permitem nem mesmo que elas participem da colheita, que é considerada mais *leve*. O máximo que eles deixam é que, ou as filhas, ou a esposa, lhes levem o almoço na *roça*. O que observamos é que os homens decidem tudo que esteja relacionado à *roça*. Então, não diríamos que eles, de fato, decidem tudo, mas que essa é a representação pública de si na relação com as mulheres.

Desde os primeiros estudos sociológicos e antropológicos realizados sobre a organização social camponesa no Nordeste, onde a antropóloga e professora Beatriz Heredia (1979) analisou o modelo de divisão sexual do trabalho entre famílias camponesas do Estado de Pernambuco, observa-se que o *roçado* é o espaço da produção, de domínio masculino, opondo-se à *casa* que é o espaço do consumo, de domínio feminino.

É o homem com mais idade da família que orienta todo o trabalho e toma as decisões necessárias ao *roçado*, bem como foi observado nesta pesquisa. De forma semelhante, Durhan (1978, p. 65) verificou, em sua pesquisa sobre a vida rural no

Nordeste e a migração para São Paulo, que “é o pai, portanto, quem dirige o trabalho” na *roça*.

Não reafirmo essas interpretações, pois percebi que há também a participação das mulheres nas decisões referentes à *casa* e à *roça*, uma vez que estas não servem apenas de canais da mensagem, ou seja, da ordem a ser cumprida, o que configura-se como um discurso oculto, nos termos de James Scott, um discurso velado até mesmo para os parentes mais próximos.

Como o sábado é o dia de realização da feira livre na sede do município, é costume lavar e passar as roupas aos domingos. Neste *tempo*, as mulheres vão à feira acompanhadas dos maridos.

2.5 – “Nova” migração

No mês de janeiro, começa-se a pensar novamente em migrar *pras canas*. *Não porque ele quer tá lá, é as condições que obriga e ele não gosta muito de lá. Ele vai porque é o jeito* são frases que se repetem nas falas das mães e esposas dos migrantes. Elas entendem que a decisão dos homens de migrar *pras canas* é contra a sua vontade, porém, é o melhor caminho encontrado para obter uma renda suficiente para suprir as despesas da *casa*, da *roça* e atender os desejos/sonhos da família.

Têta argumenta que só o trabalho na *roça* já não era mais suficiente *Pá cume, pá calçar, pá vistir, né? Pra comprá um colchão, pá comprá um lençol... Aí, num dava não mermo não, né?Aí, ele vai*. A maioria das famílias do *sítio* vivia apenas da produção na *roça* até adotarem a migração como estratégia de sobrevivência e reprodução. O salário dos homens *nas canas* é a maior, e algumas vezes a única, renda da família.

Entre as pesquisas feitas na Paraíba que investigaram os motivos da *migração temporária* ou *sazonal* dos homens para o *corte de cana*, destaco Menezes (1985; 2002) e Garcia Jr. (1989), que observaram a existência de uma grande concentração na estrutura fundiária, onde a terra era pouco acessível às famílias dos trabalhadores, dificultando assim suas necessidades de reprodução.

Uma forma encontrada para atender suas demandas de reprodução foi a migração de um membro da família, geralmente homem, para trabalhar temporariamente no Sudeste, com o intuito de acumular de dinheiro suficiente para pagar a passagem de volta e a compra de um pedaço de terra. Essa migração se configurava também como uma possibilidade dos *camponeses se libertarem* da dominação tradicional, que se dava por meio do *contrato de morada*.

Nesse sistema, o trabalhador que não possuía um lote de terra para morar e trabalhar tinha que se *sujeitar ao senhor de engenho*, colocando à disposição tanto sua força de trabalho, como a de toda sua família. Em troca, o patrão cedia um lugar para sua *morada* e terra para a produção de sua subsistência, além de alguns trocados e mantimentos encontrados no chamado *barracão*.

Sendo assim, a migração não seria apenas um meio para solucionar dificuldades financeiras das famílias de áreas rurais, mas uma alternativa para escapar da *sujeição*. Não seria também somente a mudança de trabalhadores de regiões “menos desenvolvidas” para outras “mais desenvolvidas”, numa passagem definitiva do campo para a cidade. Desse modo, a migração se configuraria como uma forma de cultivar uma vida unida ao trabalho independente e familiar na terra, seja pela passagem da condição de rezeiro para a de pequeno agricultor, seja pela obtenção da terra como um direito agrário, buscando, então, a reprodução dessa terra através da migração.

Em Tavares, Silva (2008) observou que a migração de jovens para o *corte de cana*, classificada por ele como *sazonal*, ocorre pelo anseio de autonomia, referente à renda e à relação hierárquica dentro da família.

Os jovens migram, sobretudo, motivados por projetos de autonomia, pela afirmação de suas identidades de jovens e de gênero que passa hoje pelo acesso a certos serviços e bens de consumo: a participação em práticas culturais como as festas locais; a compra de motos e acessórios para este grupo etário: roupa, com, etc. (SILVA, 2006, p. 31).

A partir de sua pesquisa no município de São José de Piranhas, Alto Sertão da Paraíba, Cover (2011) apontou alguns fatores que originam o processo social da migração de camponeses para o *corte de cana*. Por meio da observação da trajetória de uma família de migrantes, Cover (2011, p. 84) percebeu que “a migração sazonal é uma

estratégia de reprodução da família camponesa e também, um meio para adquirir objetos que denotem prestígio e dignidade”.

TEMPO DE AUSÊNCIA

3.1 – Os homens migram e as mulheres ficam

“A partida é dura. É muito ruim. Pra mim, toda vez que ele vai é como se fosse a primeira vez”, conta Dona Têta, que diz ser muito “apegada” ao marido e sofrer bastante com sua migração há mais de quinze anos. Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, é notório o pesar que a partida dos homens, seja marido, seja filho, causa nas *mulheres*. Ao narrar como esse momento acontece, os gestos delas se assemelham. Primeiro, surge um sorriso entristecido. Depois, o olhar tenta fugir, procurando o chão, o teto, e tentando disfarçar as lágrimas que já aparecem nos cantos dos olhos. A voz começa a falhar. Parece que dá um nó na garganta que corta tanto a voz da interlocutora, como também da pesquisadora. Há, nas mulheres, um misto de medo, dor, revolta e sentimento de impotência diante da *migração permanentemente temporária* masculina, como se fosse algo inevitável. A migração dos homens *pras canas* não agrada a quase nenhuma delas, principalmente pelo longo *tempo de ausência* que se sentem *obrigadas* a viver. Não aceitam as saídas deles com tranquilidade e resistem, muitas vezes, em assumir o papel (ou os papéis) dos homens.

Várias *mulheres* do *sítio* não chegam nem a acompanhar seus maridos até os ônibus que os levarão *pras canas*. Os ônibus saem do centro da cidade de Tavares, mas as *mulheres* preferem se despedir em casa mesmo. Elas evitam demonstrar o sofrimento que a partida dos homens lhes causa na frente de tantas pessoas que assistem a saída dos ônibus *pras canas*. Segundo as mães, um sofrimento que afeta também diretamente as/os filhas/os. Mães, esposas e filhas/os sofrem tanto emocionalmente como fisicamente.

No trecho a seguir, Clara conta como vivencia, com seu filho de apenas três anos, a saída de seu esposo *pras canas*:

Eu mesmo num vou não. Acho que não vai nenhuma. Já sai daqui, já é horrível, imagine entrando dentro do ônibus. Pra gente que tem filho... Ave, mulher, é horrível. A gente sofre, a criança sofre e os pais sofre também, que a saudade... a gente sofre, mas pelo menos a gente tá com os filhos. Faz raiva, dá trabalho, mas ao mesmo tempo distrai a pessoa, né? E tem a companhia. Os filho sofre. Às vezes, adoce. Eu tenho um subrinho mermo lá na Lage de Onça que, quando meu irmão sai, ele adoce. Emocional, né? Dá febre. E ele sofre. Ele chora. Meu filho mermo, ele começa a chorar por que ele é muito carinhoso assim com criança, sabe? E com filho, Ave Maria! Aí, ele fala: “Meu fii tá cum saudade?” Ele diz: “Vem imbora, painho! Natã tá morrendo de saudade do sinhô. Vem imbora, painho! Vem hoje!” Outra hora ele diz: “Eu vou embora pa onde tá meu pai por que eu to morrendo de saudade”. É difícil por que a gente convive longe. É muito difícil. (Entrevista com Clara, doméstica, mãe, esposa de migrante, em Tavares, dezembro de 2011).

Clara e seu filho sofrem, mas ela observa que outras mulheres e filhas/os também sofrem. *Ficar* na companhia do filho e compartilhar essa experiência com familiares, vizinhas e amigas próximas que também passam pela mesma situação parece tornar suportável o sofrimento considerado tão “difícil”. Quando ela diz “É difícil por que a gente convive longe”, demonstra o quanto esse *tempo de ausência* é contraditório e doloroso, pois a ideia de viver com alguém subentende, antes de tudo, proximidade física. Porém, nesse caso, a convivência existe, mas ora longe, ora perto.

Clara está entre o número de esposas que já migraram com o marido *pras canas*. Ela migrou por duas vezes. No *destino*, observou que os homens também sofrem por estarem distantes das/os que *ficam*, sobretudo aos domingos, dia de folga do trabalho no *eito*.

Ele lá, a saudade é da mulher, dos filho, da família. Tem muito que... assim que fic... Quando eu morava lá mesmo que tinha muito que era tanto solteiro como casado que morava com a gente lá na casa... Dia de domingo, assim, num feriado... Nossa! Era uma tristeza neles. Tem uns que chora quando liga pa mulher assim... depois que desliga, aí é que a saudade é maior. Mas é... fazer o que, né? A gente não se acostuma de jeito nenhum. (Entrevista com Clara, doméstica, mãe, esposa de migrante, em Tavares, dezembro de 2011).

A migração de Clara lhe proporcionou ver como os homens migrantes enfrentam o *tempo de ausência* lá nas *canas*. Ela observou que todos, sejam solteiros, sejam casados, também vivenciam a *ausência* como um *tempo* de dor e saudade das/os

que *ficam*. Entretanto, Clara não tinha essa percepção antes de migrar com o marido *pras canas*. Ela conta que achava que, enquanto as mulheres *ficavam* e sofriam solitárias em suas casas, os homens se divertiam por estarem sempre juntos no *barraco* e no *eito*. “Eu pensava que lá era uma farra”, diz Clara.

As mulheres que nunca migraram não têm uma boa noção de como é o universo de trabalho e morada *nas canas*. Cover (2011), em seu estudo, descreve, com clareza, um dos modelos de alojamento onde moraram bastantes migrantes paraibanos:

O alojamento é de propriedade da usina. Consiste num complexo de prédios, que são utilizados como espaços para dormitórios; banheiros e chuveiros; sala de convivência; refeitório; lavanderia. (...) Geralmente, os alojamentos são cercados por muros, com guardas nos portões que controlam a entrada e a saída dos trabalhadores. Porém, o Alojamento Horizonte não tem cercas. Talvez seja pelo fato de ali residir apenas uma turma. Também é pertinente levantar a hipótese de que os canaviais que circundam o alojamento funcionem também como uma espécie de muro, que impede os trabalhadores que ali residem, de circularem. A violência e o crime, característica das médias e grandes cidades, se estendem pelos canaviais. Os carregadores, estradas de terra entre os talhões dos canaviais, servem como rota de fuga para carros roubados. O canavial também é um espaço para esconder cadáveres; e um território de consumidores de drogas, sobretudo o crack. A estrada que passa em frente ao canavial é patrulhada rotineiramente pela polícia militar, pela suspeita de ali próximo existir um desmanche de carros roubados. É comum a polícia abordar os trabalhadores migrantes que circulam por esta estrada. E o método de abordagem da polícia geralmente constrange-os. Os trabalhadores relatam que *já não é novidade* encontrar cadáveres, ou esqueletos humanos dentro dos canaviais, sobretudo nas áreas próximas as cidades. A 3 km do Alojamento Horizonte há um bairro de Piracicaba, onde há bares freqüentados pelos habitantes do alojamento. Porém, se a cana estiver alta, os trabalhadores consideram uma atividade de alta periculosidade ir caminhando de noite até o bar, pelo fato do risco de ser assaltado, ou até mesmo violentado, pelos “noiados” (consumidores de crack, ou assaltantes) que circulam pelos canaviais, a fim de abordar os desavisados. Estes relatos dos trabalhadores relacionam os canaviais, próximos às cidades, como espaços violentos, que produzem medo. E, portanto, o lugar mais seguro nas horas de folga é o alojamento. O canavial é um “muro invisível” que ao mesmo tempo segrega os trabalhadores “de fora” da população local e os “protege” da violência urbana. (COVER, 2012, pág. 2461-2463).

Nos primeiros anos da migração dos três filhos e do esposo *pras canas*, Celina sofria muito por *ficar* sozinha em *casa*. Nas despedidas, sempre passava mal. Nas primeiras semanas do *tempo de ausência*, se isolava e chorava bastante. O médico lhe disse que eram sintomas de depressão em fase inicial. Para distrair-se, Celina

trabalhava, durante o dia, na *roça* e, à noite, fazia curso de auxiliar de enfermagem. A dupla jornada consumia toda sua energia, o que lhe ajudava bastante a dormir mais rápido.

Após a conclusão do curso, foi aprovada num concurso municipal para trabalhar no próprio *sítio* como Agente Comunitária de Saúde. Ela não abandonou o trabalho na *roça*, muito menos o trabalho em *casa*, e ainda passou a fazer bolos e tortas nos finais de semana para os eventos na igreja que frequenta atualmente. No trecho a seguir, Celina relembra como vivenciou a primeira *saída* de seus filhos *pras canas*.

Ah, eu sinto tanta saudade. Ah, se meu Jesus tocasse no coração dos governante e vocês com as pesquisa... E aqui podiam... eu num sei... fazer alguma coisa pra que os homi não saísse lá pra fora. Isso é horrível. A gente sente muita falta. Quando vão tudin... Eita, meu Deus do céu! Quando eu chegava em casa... Oxe! Teve um tempo, meu Deus do céu, que eu fiquei até com depressão quando eles foram simbora, no ano que eles foram. Acho que foi por isso que eu ficava muito internada. Eu acho que só assim... eu não cheguei ao ponto de adoecer muito, de procurar um prisiquiata, por que nessa época eu tava fazendo o cursin de infermage e eu trabaiava durante o dia. Aí, eu chegava em casa... Eu nem gostava muito de casa, sabe? Quando eu ia chegando assim em casa, era como que se o mundo tivesse trancado. Eu não gostava. Eu só gostava quando eu tava mais trabalhando. Aí, eu já entrava em casa em toda carreira ó. Eu nem cumia. Eu acho que por isso que eu ismagreci muito. Eu chegava em casa... só fazia tomar banho, vestir a roupa... Eu cumia qualquer coisa na rua. Um pastel, uma coxinha, qualquer coisa. Mas, eu não gostava de ficar em casa. Eu fiquei tão maguinha, tão maguinha ó. Agora, eu to pesando 65 quilo e, nessa época, eu fiquei pesando 45 quilo só. Eu fiquei maga maga. Aí, eu chegava onze hora da noite, doze hora. Me deitava. No outo dia, já me levantava bem cedín. Oxe! Eu tive um começo de depressão ainda por conta disso. Aí, depois, eu fui pensar. Eu digo: Mas, meu Deus! Eles são meus filho, mas eu num sou dona deles. Ninguém é dono de ninguém, né? A gente só é dona deles por alguns momento enquanto tão piquininin... enquanto tá na presença da gente, alí na frente. Digo: Eles crescero. Agora eles tem que fazer a vida deles. Eu num posso dar tudo que eles precisa. Enquanto eles tão aqui, eu dou o que eu posso. (Entrevista com Celina, Agente Comunitária de Saúde, mãe de migrantes, esposa de migrante, em Tavares, dezembro de 2011).

Celina foi uma das poucas *mulheres* que não chorou quando falava da *saída* dos homens da família *pras canas*, apesar de colocar tão claramente o quanto essas *saídas* a afetam. Para Celina, *ficar* sozinha em *casa* significava estar numa prisão privada que lhe separava de tudo o que o mundo da *origem* podia oferecer. A sua *casa* passou a ser o lugar onde experimenta uma enlouquecedora tristeza. Sufocada por esses sentimentos, ela buscou e encontrou no espaço público, ou seja, no trabalho, no curso,

na igreja e na associação comunitária, uma maneira de fugir da atmosfera de dor que a *casa* lhe proporcionava.

Acredito que foi a partir da construção dessas novas relações e experiências, no espaço público do *sítio* e da *rua*, que Celina conseguiu começar a refletir sobre como encarar a migração dos filhos, considerada inevitável, nesse momento, uma vez que ela também compreende a migração como o melhor ou o único meio ofertado aos homens da região para suprir as necessidades financeiras de suas famílias e de cada um individualmente. Entretanto, não se conforma e recorre a Deus, em oração, para pedir que sejam criadas boas oportunidades de trabalho para os homens na *origem*, através dos governos e das pesquisas que são realizadas no *sítio* e na região.

A partir das histórias contadas pelos filhos, Celina também sabe que os homens sofrem *nas canas*. Mas, diferentemente de Clara, Celina enfatiza as dificuldades e os perigos que os homens enfrentam durante a viagem, quando chegam ao *destino*, no primeiro contato com a usina e no dia-a-dia no *eito* e no *barraco*. Sobre a *saída* dos filhos, Celina diz:

Eu lembro a primeira vez que meus menino foram pas cana, assim, eles sofreram. Sofreram, minha fia, por que... Eles disseram, oie, que morava no posto. Ficaram sem ter onde dormir. Chegaram lá de madrugada. Ficaram no mei da rua até o dia amanhecer. Tem que procurar, minha fia, alugar sem saber. Durmia no chão, Meu menino num sabia, da primeira vez, num levou colchão, minha fia. Aí, eu ainda disse assim: Menino, leve um colchão! Aí ele disse: “Não, mainha. Num precisa não. Eu acho que tem”. Tinha o quê? Ele levou um tapete. Foi a sorte enquanto comprava, por que ia sem dinheiro, né? (Entrevista com Celina, Agente Comunitária de Saúde, mãe de migrantes, esposa de migrante, em Tavares, dezembro de 2011).

Outra dificuldade que os filhos de Celina passaram na primeira migração *pras canas*, foi causada pelo procedimento usado pela pessoa que “arrumou o ônibus”, que não foi o *turmeiro*, segundo as palavras de Celina. Essa pessoa pediu R\$ 50,00 de cada um de seus filhos e deixou os documentos pessoais deles no município de Princesa Isabel. Sem documentos, um deles tentou migrar por duas vezes e não conseguiu. Os outros dois, já *nas canas*, tentaram mudar de usina e não puderam pela falta da documentação necessária. Celina e o esposo procuraram saber quem seria essa pessoa para recuperar os R\$ 150,00 e os documentos dos filhos. Quando ligaram para a usina, com a esperança de obter alguma informação a respeito disso, o *turmeiro* explicou que não era permitido reter os documentos dos migrantes. Quando recrutam homens para

trabalhar no *corte de cana*, eles apenas anotam os dados pessoais de cada migrante e logo devolvem sua documentação. Só depois de mais de um mês, o filho que *ficou* foi à Princesa Isabel e encontrou os documentos, em lugar desconhecido para Celina.

Duas de suas maiores preocupações relacionadas ao mundo *das canas* é, primeiramente, referente ao filho mais novo, que apresenta problemas de saúde (sinusite) e que costuma ir passear na cidade de São Paulo nos dias de folga. E, segundo, preocupa-se muito com o filho do meio, por ter a inocência e a cordialidade como suas principais características. Celina diz que ele é muito “ameninado”.

Assim, o mundo *das canas*, com seu clima frio e com suas grandes cidades e pessoas desconhecidas, são extremamente perigosas para os filhos de Celina, que acredita que eles não têm maturidade suficiente para se aventurar longe de sua proteção. Essas preocupações de Celina se dão pelo medo dos perigos existentes no lugar desconhecido que é o *destino*, e pela ameaça de solidão que as atitudes de autonomia dos filhos provocam.

Ao longo da entrevista, Celina ainda fala sobre suas preocupações com possíveis assaltos e acidentes que podem acontecer durante a viagem dos filhos. Ela sempre escuta histórias de ônibus de migrantes que são roubados no meio da estrada. Há também o perigo de atravessar o Rio São Francisco na balsa, pois, segundo um de seus filhos, o transporte é precário e não oferece nenhuma segurança para os migrantes.

Todo esse sofrimento *nas canas* eleva os homens migrantes do *sítio* à categoria de heróis, como já falei no início do capítulo anterior. Entretanto, ao contrário disso, as *mulheres* que *ficam* não recebem nenhuma honraria semelhante. O sofrimento que os homens passam *nas canas* é considerado muito acima do que o sofrimento que as *mulheres* vivenciam na *origem*.

Outros estudiosos na região também descreveram esse momento da saída dos migrantes, como, por exemplo, Cover (2011) e Martins (2010) [que Martins é esse?] no município de São José de Piranhas, Paraíba. Ambos retratam o quão doloroso esse momento é para os que *ficam*, como marco inicial de um *tempo* perpassado por sentimentos de tristeza, saudade, medo, etc. Esses e outros sentimentos, unidos a outros fatores que envolvem esse *tempo de ausência*, como a vigilância familiar e social,

podem gerar também retraimento e isolamento das *mulheres*. Isso pode desencadear problemas de saúde, como foram encontrados casos de depressão,

A migração *pras canas* é um processo que afeta toda a família do migrante.

Lucia explica:

A falta maior é à noite, porque a pessoa que mora só, só com um filho pequeno e dizer que não tem medo, tem medo... Tem noite que a gente tá até mais ou menos, mas tem noite que a gente tá já tá com receio, quando tem muito bêbado no sítio a gente já dorme pensando... Mas, graças à Deus, nunca aconteceu nada, nunca aconteceu de alguém bater na minha porta, nem gritar, mas a gente sente, mesmo porque o marido da gente estando em casa, a gente se sente segura... (Lucia, 25 anos, esposa de trabalhador migrante).

Este sentimento de segurança relacionado à presença da figura masculina remete, por sua vez, a certos estereótipos socialmente “aceitos” sobre a mulher e que a constrói enquanto ser frágil, incompleto, indefeso, relacionando-se igualmente com a contrapartida masculina, tida como viril e corajosa. No entanto, o fato de assumirem papéis antes reservado totalmente aos esposos, pode contribuir, mesmo que potencialmente, para uma percepção do caráter social e, conseqüentemente, construído de tais estereótipos.

Outra fonte de refúgio é a casa das amigas, ou o grupo informal de apoio, constituído por outras mulheres que estão vivenciando a mesma situação de espera. As mulheres se visitam, conversam, compartilham sofrimentos e se ajudam mutuamente, tornando toleráveis suas dores, medos e angústias, como nos conta Lúcia: “Para passar a saudade eu sempre vou à igreja e na casa das amigas”.

Frequentar as casas de parentas e amigas é aceitável pela comunidade e pelos homens distantes. Porém, isso vai depender se essas parentas e amigas têm uma conduta bem vista pela comunidade e se essas visitas estão fora do horário do cumprimento de suas *obrigações* em *casa*. No início do trabalho de campo, esperava encontrar as mulheres sempre em suas *casas*. Na primeira entrevista, Têta e suas filhas afirmaram com veemência: “A gente não sai de casa”. Passei a observar com mais atenção o que isso significava, uma vez que todas as entrevistadas repetiam a mesma frase.

Com passar dos dias, percebi que, pela manhã, as mulheres vão à casa das vizinhas para tratar de alguma coisa relacionada à lida do dia, seja para pedir ou oferecer ajuda em alguma tarefa, seja para pegar ou levar algo necessário à atividade do momento, como um tempero, uma barra de sabão, uma vassoura, etc. A manhã é prioritariamente o momento das atividades em *casa* e na *roça*, com exceção das manhãs de sábado, dia de feira na *rua*, e domingo, dia de culto e de fazer visitas a parentas e amigas que moram fora do *sítio*.

A tarde é dedicada a um pequeno descanso, após o almoço, e às visitas a parentas e amigas do próprio *sítio*, o que pode ocorrer todos os dias da semana. Há quase sempre que se “inventar” um motivo para sair à tardinha, quando o sol “esfria” um pouco. Pode ser para pegar algum objeto necessário, para fazer as unhas, para fazer o cabelo, para comprar, para vender, para a benzedeira rezar num bebê, para ver TV ou simplesmente para “perguntar um negócio”. Da tardinha até a “boquinha da noite”, as mulheres se encontram para conversar, um momento dedicado a compartilhar sentimentos, dores, dificuldades e conquistas comuns e saber as novidades relacionadas à comunidade e aos homens migrantes *nas canas*.

3.2 – Quando as mulheres migram

Um dos fatores que impedem que as *mulheres* migrem com seus maridos é o regime adotado por algumas usinas que oferecem moradia aos migrantes em municípios próximos ao *eito*. Segundo os depoimentos das *mulheres*, a usina disponibiliza uma casa, onde os homens não pagam aluguel. Neste local, não é permitido a presença de mulheres.

As mulheres que migram tem como destino, principalmente, as cidades de São Paulo, Sorocaba e Brasília, onde se busca, sobretudo, empregos urbanos, geralmente no comércio ou nas fábricas, utilizando-se, para tanto, dos laços de parentesco ou de amizades. Em termos da migração intrarregional, os municípios mais procurados são: Patos, Campina Grande e João Pessoa, no próprio Estado da Paraíba ou Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco.

A migração feminina está relacionada ao acesso à educação, já que no município não existem faculdades ou escolas técnicas, mas, também, à busca de oportunidade de trabalho, com destaque para as casas de famílias. Quando se trata da migração feminina para a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco, a principal motivação é a busca de trabalho no polo de Confeções de Caruaru e também nas casas de família.

Os empregos em casas de família são mais procurados pelas jovens com pouca escolaridade, em torno da primeira fase do ensino fundamental; os empregos no comércio, nas fábricas, são para aquelas que detêm maior nível de escolaridade, ou seja, ensino fundamental completo ou ensino médio.

Por fim, as que migram para dar continuidade aos estudos, ou são oriundas de famílias de maior renda, ou podem acessar a rede de relações sociais, como, por exemplo, um parente ou conhecido radicado numa cidade maior e com renda suficiente para “suportar” o ônus de uma pessoa a mais em casa.

Atualmente, com a instalação do campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, na cidade de Serra Talhada-PE, já se observa um direcionamento desse fluxo migratório feminino. Há jovens de Tavares morando nesse Serra Talhada após aprovação no processo vestibular daquela instituição.

Crianças e adolescentes até 14 anos geralmente migram com seus pais. Observei que, até aproximadamente os cinco anos de vida, as crianças têm migrado bastante por ainda não frequentarem a escola regularmente.

A decisão da esposa migrar junto com marido *prae senes* é tomada a partir de alguns critérios: primeiro, é bom que seja jovem e saudável para trabalhar, geralmente como faxineira, empregada doméstica, babá ou acompanhante de doentes, idosos; e segundo, que ainda não tenha filhas/os, para que seja mais fácil de conseguir um emprego, mas, se tiver, que as/os filhas/os não tenham idade suficiente para estudar, para que não seja preciso mudá-las/os de escola, tendo em vista as dificuldades que enfrentariam para tal.

3.3 – Ser mãe e pai

Para além da aparente fragilidade percebida pelos homens migrantes quando dizem que “cortar cana é pesado”, as mulheres buscam em si próprias uma disposição, antes inacreditável, para desempenhar as diversas funções a que se tornam responsáveis no *tempo de ausência* masculina, assumindo as principais tarefas e papéis que antes da migração eram destinadas, primeiramente, aos homens (avós, pais, esposos, filhos mais velhos, tios). Isso acontece, na maioria das vezes, de forma indireta, já que mesmo distante o homem se faz *copresente* na *origem*.

Tais funções e papéis, assumidos pelas mulheres, são exercidos tanto nos espaços da *casa* e da *roça*, como também além dos limites do *sítio*. Porém, para resolver questões consideradas mais simples referentes à *casa* e à *roça*, algumas vezes, as mulheres não acham necessário consultar os homens *ausentes*, mas, se for algo que ultrapasse os limites do *sítio*, comunicar e pedir a permissão do *chefe da família* é considerada uma atitude de lealdade e respeito à autoridade maior da família, que deve mostrar sua posição quanto à situação e dar o seu aval. Diante disso, até que ponto e de que modo as mulheres podem ser consideradas “chefes de famílias” durante a ausência masculina? Afinal, o que classifica um membro da família como “chefe” da mesma?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – usa, em suas pesquisas, um termo bastante semelhante para marcar a pessoa responsável pela propriedade, classificando-o como “chefe do domicílio”. Porém, é necessário que essa função/papel seja reconhecida ou legitimada pelos demais moradores do domicílio.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, que mostra Características da População dos Domicílios, pouco mais de 32% das mulheres tavaresenses são consideradas “chefes de domicílio”. O gráfico, abaixo, compara os números entre mulheres e homens “chefes de domicílio” nos 3.803 “domicílios particulares” contados em Tavares:

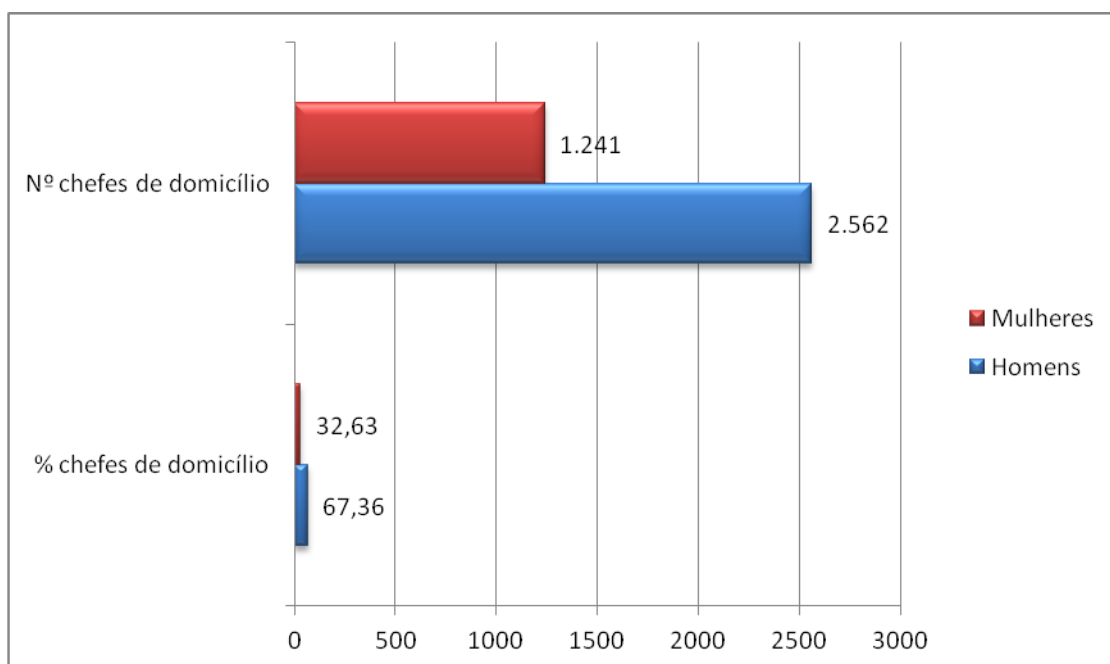


Gráfico 5: Chefes de domicílios particulares em Tavares
 Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE

A coleta do Censo Demográfico 2010 aconteceu no período de 1º de agosto a 30 de outubro de 2010, tendo como “data de referência” o dia 31 de julho de 2010, que compreende que a “população residente” é constituída pelos “moradores” em domicílios na “data de referência”. Nesse caso, essas datas fizeram parte do *tempo de ausência* dos migrantes, mas não impediram que os “moradores” *ausentes* por um período inferior a doze meses em relação a “data de referência” fossem contados como “moradores” da *origem*.

Sendo assim, as mulheres do *sítio*, que responderam ao Censo 2010, contaram os homens *ausentes* como “moradores” do domicílio. Entretanto, como será que as mulheres reagiram ao quesito “compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio”?

Os dados do Censo 2010 apontam que, entre as pessoas indicadas como responsáveis pelos domicílios tavareses, 2.691 não compartilham a responsabilidade com outra (o) “moradora (o)”, enquanto 1.111 compartilham essa função/papel. Apesar da dificuldade de obter informações sobre os números exatos desse compartilhamento no *sítio*, sobretudo em relação ao gênero/sexo da pessoa responsável e da (s) pessoa (s) com quem compartilham a responsabilidade do domicílio, observamos que sempre que

questionadas sobre quem seria a pessoa que tomava as decisões no âmbito da *casa* e da *roça*, as mulheres imediatamente apontavam a si mesmas, mas logo se corrigiam destacando a necessidade de solicitar as determinações dos homens *ausentes* sobre como proceder no trabalho com a *terra*, com os animais e nas situações vivenciadas no espaço da *casa* referentes à família e seus bens. Clara é reveladora quando nos diz: “Tem aquele negócio. Ele vai aprovar, mas ele tem que ficar sabendo”.

Alguns estudiosos da região já vêm observando, há mais de uma década, esse “compartilhamento” de responsabilidades em situação de migração masculina *prae caenas*, como a socióloga Marilda Aparecida de Menezes (2002). No terceiro capítulo do livro *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes*, dedicou-se a examinar “as relações mantidas pelos homens migrantes com suas famílias no espaço de origem, tanto através das obrigações financeiras quanto da manutenção dos vínculos conjugais” (MENEZES, 2002, p. 89).

A autora observou que, por motivo da *ausência* masculina, as esposas dos *camponeses-trabalhadores migrantes* tornavam-se responsáveis pela produção agrícola, educação das crianças, trabalho doméstico e relações com a vizinhança e a comunidade, o que as transformavam em “chefes de família”, termo usado em sua análise.

Russel P. Scott (2002), buscando refletir sobre as condições das “mulheres chefes de família” no Brasil, inicia o exercício de problematizar o termo “chefia” questionando se este seria adequado para uso. Segundo Scott (2002), a mulher só nomeia-se “chefe de família” quando não há a presença do parceiro masculino residindo na mesma casa, ao contrário dos homens que se dizem “chefes” pela presença da parceira feminina, junto às filhas e filhos.

“A ideia de chefia singulariza, separa e reifica diferenças de poder”. Diariamente, os grupos familiares demonstram uma aguda complementaridade, distinguida no gênero e na idade. Isto acontece quando consideramos que algumas tarefas são de competência feminina, enquanto outras são de competência masculina. Da mesma forma, dividimos atividades para os mais novos e para os mais velhos. Só ao evocar o título de “chefe” é que se reforça o domínio de um sobre o grupo, que oscila entre os “membros do casal adulto de referência da família”. SCOTT, 2002).

Segundo uma pesquisa realizada por Scott (2002), na Zona da Mata Pernambucana, através da admissão formalizada do espaço de complementaridade na chefia da família, significativas mudanças estão acontecendo, atualmente, no que se refere à possibilidade de “tratar grupos familiares ressaltando a diferenciação de papéis mais do que a supremacia de uma figura ou outra”.

O formulário usado pediu a identificação de chefia “masculina,” “feminina” ou “de ambos,” e um em cada quatro dos respondentes optou por “ambos.” Eliminando as mulheres que não vivem com nenhum parceiro (ou seja que mal poderiam responder “ambos”) este número passa para um em cada três respondentes. Este número de pessoas que preferem ressaltar a complementaridade doméstica e não a hierarquia, teve uma distribuição eqüitativa de respondentes masculinas e femininas, o que é particularmente de admirar quando se considerar que a zona canavieira nordestina é onde o machismo brasileiro finca as suas raízes segundo a literatura de identidade nacional. (SCOTT, 2002).

Em suma, a observação de algumas experiências mostra certa relativização da ideia de chefia familiar, dando espaço a “chefias compartilhadas”, uma vez que a efetiva participação de mulheres e homens em espaços específicos de serviço pode evidenciar equidade nas relações familiares.

Neste trecho, Clara compreende o compartilhamento de funções entre o casal, que ora são assumidas completamente pela mulher presente no lar:

É difícil pra gente por que, geralmente a mulher fica mais sem o marido do que com o marido. Tem uns que vem, às vez passa um mês, dois mês, vai embora e a mulher aqui, cuidando dos filhos. Ao mermo tempo, ela é pai e mãe, né? A mulher é pai e mãe dos filho. (Clara).

Outros dois pontos são referentes às implicações do tipo de gerenciamento dado pelas mulheres ao roçado, no tocante à sua cosmovisão desse lugar, e à renda combinada entre roçado, trabalho assalariado dos homens (no corte de cana), trabalho assalariado das mulheres (como funcionárias públicas, faxineiras, babás ou acompanhantes de doentes), e benefícios advindos do Governo Federal, como o Programa Bolsa Família. Essas questões ligam *tempo e espaço* nas transformações das identidades dessas mulheres, e também desses homens, dentro desse processo social.

Percebemos que esse tipo de migração tem possibilitado a circulação entre novos e velhos espaços de reprodução, tanto para as mulheres, quanto para os homens, o

que também faz parecer que tal mobilidade ainda não evidencia a atividade das mulheres no roçado como trabalho, e muito menos a atividade doméstica, que antes da migração eram os principais espaços de reprodução familiar. Hoje, o trabalho realizado nesses espaços, onde as mulheres circulam, é considerado, por muitas mulheres, como *complementar*.

Entre as mulheres entrevistadas, foi notado que a maioria das mulheres que têm entre 20 e 35 anos não trabalha no roçado em nenhuma época do ano. Isso acontece ou porque são solteiras e seus pais querem apenas que estudem e ajudem no trabalho doméstico, ou porque são casadas e seus esposos não desejam vê-las nesse tipo de trabalho, chegando a pagar salários a outras pessoas para assumirem o serviço durante sua ausência.

Essas esposas dizem que só vão para a roça se realmente não houver mais ninguém para ir em seu lugar, apenas no período da colheita. Elas costumam cuidar da casa, dos filhos menores, e de animais pequenos que são criados bem próximos a casa. Algumas vezes, se a safra for “boa”, os esposos levam-nas consigo para São Paulo, para cuidarem da limpeza da casa, da preparação do alimento e lavagem das roupas, e por vezes até trabalhar em algum outro segmento. Isso é mais comum de acontecer quando o homem deixa ainda familiares nas terras de origem.

Entretanto, foi observado que a maioria das mulheres que têm entre 35 e 50 anos trabalham na roça periodicamente. Essas não fazem todo tipo de tarefa, mas trabalham durante a ausência dos maridos e dos filhos e, se preciso, “ajudam” também quando eles estão em casa. Algumas até afirmam gostar do trabalho no roçado e sentem-se a “cabeça da roça”.

Difícilmente essas mulheres migram com seus maridos ou filhos para São Paulo e demonstram um forte desejo de que nenhum familiar precise migrar, futuramente, para conseguir trabalho assalariado. Este segundo grupo de mulheres sente-se bem mais à vontade no espaço que antes da migração dos homens era considerado *de fora* do que o primeiro grupo, que é mais jovem.

Observamos, assim, que as mulheres não apresentam apenas uma atitude meramente passiva, mas já buscam ser protagonistas de sua própria história. Uma

autonomia que vai sendo construída quase que imperceptivelmente através de atitudes cotidianas de resistência, muitas vezes difíceis de serem notadas pela pesquisadora.

Tendo a vida dividida ou conectada por dois tempos, que perpassam dois espaços, as mulheres quando estão “sozinhas” fragmentam em vários tempos o seu dia para dar conta do trabalho em casa, dos cuidados com as crianças, os idosos e enfermos, que já é tido como de sua competência, dos afazeres no roçado e com os animais, visto como tarefas masculinas, e do *tempo para si*, que muitas vezes chega a não existir. Como afirma Oliveira (2003, p. 60), “a mulher que tem família tem pouca chance de ficar sozinha”, tendo na sua “lista de emprego de tempo” todos à sua volta, menos ela própria, “personagem secundário, última coadjuvante de sua própria vida”.

De modo geral, o dia dessas mulheres começa bem cedo, por volta da cinco horas da manhã. Varrem o terreiro, alimentam os pequenos animais abrigados no quintal e logo vão para o roçado, geralmente acompanhadas de, pelo menos, um dos filhos, seja moça, seja rapaz, ou algum parente que as ajudem na colheita da safra. Como, antes de sair (fevereiro/março), os maridos aram, plantam e limpam a terra, as mulheres ficam encarregadas “apenas” de colher, serviço considerado mais “leve”, entre junho e agosto. Algumas não gostam muito do trabalho na roça. Evitam. Pagam trabalhadores.

Também existem maridos que não gostam que elas assumam essa atividade, porém, se for muito necessário, elas acabam trabalhando. Se tiver filha moça, esta fica em casa para cuidar da limpeza e dos preparativos para o almoço que, muitas vezes, é terminado apenas com a chegada da mãe. Na falta de alguém que faça o almoço, as mulheres acordam ainda mais cedo para o deixarem pronto antes de saírem para a roça.

Se tiver criança em idade escolar, preocupam-se em levar e buscar na escola do sítio. Mas, se for bebê, deixam aos cuidados de parentes ou alguma vizinha confiável. Após o almoço elas se dão um descanso “merecido”, como afirmam. Depois, limpam a casa e, se necessário, lavam roupas, ajudam as crianças na lição de casa, visitam uma e outra vizinha, e preparam o jantar. À noite também é hora de aparecer nas casas das amigas que moram próximo, e falar com o esposo ou filho por telefone.

3.4 – Vigilância e controle à distância: copresença lá e cá

Durante o *tempo de ausência*, as mulheres submetem sua conduta ao controle moral dos parentes e da vizinhança, responsabilizando-se também pelo comportamento das mulheres mais jovens, sejam solteiras, sejam casadas. É sensato que as mulheres casadas evitem estar presente em festas e circular fora do *sítio*, com algumas exceções.

Existem espaços que as mulheres podem e devem frequentar, encontrando-se quase que a salvo dos falatórios locais. Alguns desses espaços já fazem parte das *obrigações* destinadas às mulheres, como a escola, a igreja e as *casas* de familiares, devido às características que são dadas como intrínsecas à natureza feminina. As mulheres são aquelas que educam, rezam, cuidam da família e conservam os laços de parentesco tão necessários para o processo migratório.

Fora do *sítio*, as mulheres frequentam a feira livre, o posto de saúde e/ou hospital, e as *casas* de familiares, se houver. Afirmam que, para elas, principalmente as casadas, tudo lhes é permitido, porém acreditam que ir a todos os lugares não lhes convém.

Pesquisadora: Quando ele não tá aqui, tu sai?

Clara: Eu num gosto de sair sem ele. Assim, sempre que tem missa, sempre que tem novena, eu vou, mas, pa festa, eu num vou não. Não, é por que eu acho isquisito pra mim, né? Mulher casada tá numa festa... passar uma festa sem o marido. Tem gente que vai, né? Eu não. Gosto de ficar aqui em casa. Ele tá trabalhando. Eu sei que ele sai lá, mas pra mim fica feio, né?

Pesquisadora: Ele sai lá?

Clara: Eu num sei. Eu acho que sai, né? Parece que foi quinta-feira que ele saiu. Uma saída assim com os amigo dele. Ele tem dois irmão lá também com ele. Tem os amigo dele, porque eles num mora tudo junto. Ele mora na rua “Andaí”, mas tem o outo que já mora nouto barraco. Aí, ele sempre sai de um barraco po outo fazer assim, faz churrasco.

Pesquisadora: Se tu for, ele fica sabendo lá?

Clara: É, né? É., por que aqui a maioria dos homi é tudo num canto só, né? Sempre conversa. Aí, uns pergunta. Aí, os outo “Minha mulher foi im tal canto”, Aí, o outo “Foi, né?”. Aí, fica sabendo. Pa saber deles, é mais difícil deles dizer, né? Só quando eles chega. Assim, sempre quando ele chega faz festa, churrasco. Aí, fica uns tirando onda com os outo, né?

Observei as mulheres trabalhando fora de casa, participando de reuniões da associação comunitária, indo a festividades da escola e da igreja, frequentando o clube do sítio e o campo de futebol onde há jogos masculinos semanais, e até indo a festas na sede do município e outros *sítios*. Na observação do cotidiano do sítio, percebemos que as mulheres não ficam restritas a circular apenas na propriedade da família, colocando em evidência os espaços que as mulheres *devem* ou não frequentar, segundo o calendário de eventos que ocorrem no *tempo de ausência*.

Certo dia, durante a pesquisa, Vicente e Maria reprovavam as mulheres casadas que traem seus maridos no *tempo de ausência* e as solteiras que não guardam sua virgindade para o dia do casamento. Entre as casadas, está a esposa do primo de Vicente que, segundo ele, há dois anos insiste constantemente, no *tempo de ausência* do marido, para que Vicente vá até sua casa à noite manter relações sexuais com ela. Ele considera falta de virilidade não atender os convites da esposa de seu primo, por isso, tem lhe visitado assiduamente.

Durante minha permanência de pesquisa no *sítio*, enquanto assistíamos TV à noite, Vicente me confiava seus segredos relacionamentos também com jovens solteiras do *sítio*. Duas delas migraram, recentemente, para São Paulo. Vicente mantém casa própria na *rua*, onde mantém relações sexuais com mulheres solteiras e casadas do *sítio*. Mas, há casos em que vai até a casa da mulher para tal relação. Segundo ele, as mulheres de migrantes são quem mais procuram para mantê-lo como amante no período de ausência.

A gravidez quando se é solteira e ainda está na adolescência não é bem aceita na região, apesar de ser bastante frequente. Os dados do Ministério da Saúde, a respeito do número de crianças nascidas no município de Tavares, apresentam alto percentual de mães com idades inferiores a 20 anos, conforme ilustra o gráfico abaixo:

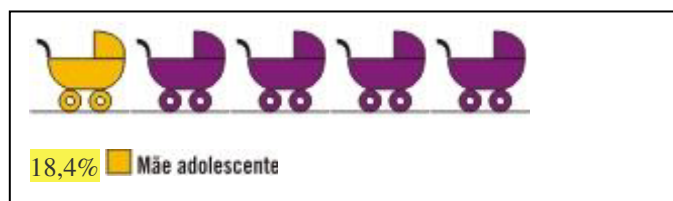


Gráfico 6: Mães adolescentes em Tavares
Fonte: Ministério da Saúde – SINASC 2010 (Portal ODM)

Durante cerca de nove meses, uma ex-namorada de Vicente, filha de *canista*, que engravidou de um *canista*, escondeu a identidade do pai de sua criança para a vizinhança. O fato da jovem ser solteira, que não tinha namorado e pouco saía de *casa*, aparecer grávida no *tempo de ausência* de seu pai escandalizou muitas pessoas do *sítio*. Além disso, as especulações acerca da paternidade de sua criança gerou preocupação em muitas mães de *canistas*. Uma dessas mães era Maria, que chegou a ir até a casa da jovem e pressioná-la para que confirmasse se o pai da criança era seu filho. A jovem ficou reclusa em *casa* e só revelou quem era o pai de sua criança nos primeiros dias de nascida. O pai é um jovem cortador de cana, mas não fazia parte do grupo de suspeitos.

A moral e honra são fenômenos sociais e culturais que proporcionam uma vinculação entre os ideais da sociedade e a reprodução destes no indivíduo. Na discussão dos paradigmas interpretativos sobre os códigos sociais e morais, vários estudiosos contemporâneos compartilham da ideia central de que a conduta das famílias e dos indivíduos que pertencem a sociedades tradicionais e, especialmente, mediterrâneas, se baseiam em padronizados códigos culturais da honra e da vergonha.

Tema recorrente na Literatura desde a origem da sociologia como uma ciência, a moralidade é tratada por Émile Durkheim como um *sistema de regras de conduta*. A inquietação neste assunto perpassa diversos pontos de sua obra. O autor percebia os *fatos morais* como fenômenos como qualquer outro, onde a moral seria então um ‘sistema de fatos realizados’, unido ao ‘sistema total do mundo’. E é a partindo dessa ideia que Durkheim busca abordar os ‘fatos da vida moral’ conforme o método das ciências positivas (DURKHEIM, 1995 [1983]).

A honra é um fenômeno social e cultural que proporciona uma vinculação entre os ideais da sociedade e a reprodução destes no indivíduo. Na discussão dos paradigmas interpretativos sobre os códigos sociais e morais, vários estudiosos contemporâneos compartilham da ideia central de que a conduta das famílias e dos indivíduos que pertencem a sociedades tradicionais e, especialmente, mediterrâneas, se baseiam em padronizados códigos culturais da honra e da vergonha. A socióloga Claudia Fonseca ressalta em suas pesquisas as relações de gênero que têm como embasamento códigos de valores morais, onde observa a dominação masculina, que tem o homem como o provedor da família, sobre a mulher.

Em sua *Determinação do Fato Moral*, capítulo do livro *Sociologia e Filosofia* (1906), que reúne vários artigos, publicados postumamente, Durkheim trata a moral como um ‘sistema de regras de conduta’ que, distinguindo suas regras de outras, tem como primeira característica a obrigação. Porém, apenas esta particularidade seria insuficiente para nos dizer o que é a moral, tendo em vista que não realizamos uma ação sem haver sentido para tal, simplesmente porque nos é mandado.

Não podemos, com efeito, realizar um ato que nada nos signifique, simplesmente porque seja ordenado. Buscar uma finalidade que nos deixe frios, que não nos pareça boa, que não afete nossa sensibilidade, é coisa psicologicamente impossível. É preciso, portanto, que a par de seu caráter obrigatório a finalidade moral seja desejada. (DURKHEIM, 1970 [1906], p. 52).

No entanto, o próprio Durkheim afirma que, mesmo que o indivíduo deseje por algum interesse cumprir tal ato, este não se realiza sem constrangimentos. “O impulso, mesmo entusiasta, com o qual possamos agir moralmente nos afasta de nós mesmos, eleva-nos acima de nossa natureza, o que não ocorre sem dificuldade ou sem contenção” (*Ibid*, p. 44).

Outra característica significativa é que a moral precisa concordar com o contexto social de cada período histórico, onde seria indevido desejar-la diversamente da moral atual nesta sociedade, o que significaria “negar a sociedade e o próprio indivíduo inserido nesse processo”. Entretanto, Durkheim assegura que a moral muda constantemente, uma vez que certos elementos esvaecem da consciência pública, que a recusa ou a conserva pela força das tradições.

O autor não está dizendo que somos coagidos a nos subordinarmos prontamente à opinião moral, visto que é possível que os indivíduos lutem contra determinadas leis morais que não são aplicáveis a um dado tipo de sociedade. Sem preocupar-se em julgar a moral nos seus estudos, ele explica: “Sem dúvida, esses são casos de consciência sempre delicados, que não pretendo resolver com uma palavra; quero apenas mostrar que o método que adoto permite apreciá-los” (*Ibid*, p. 67).

Ao afirmar que “cada indivíduo, cada consciência moral exprime a moral à sua maneira (...). Os aspectos, mesmo os mais essenciais, da moral são percebidos diferentemente pelas diversas consciências” (*Ibid*, p. 48), Durkheim desvenda dois

aspectos da moral: o objetivo e o subjetivo. No primeiro tipo de moral, a sociedade é governada por regras fundamentadas em seus preceitos morais, onde por meio destas os tribunais se orientam para condenar os indivíduos que ‘fogem’ da moral objetiva.

Já no segundo tipo de moral, cada indivíduo compreende a moral comum do seu jeito, e pode acontecer de um indivíduo entender a moral comum como amoral. Com a intenção de “encontrar a característica diferencial das regras morais” (*Ibid* , p. 49), Durkheim prefere analisar somente a moral objetiva, pois acredita que esta sirva como um ponto de referência comum para o julgamento as ações, e a moral subjetiva seja *problema* a ser analisado pela psicologia, desconsiderando assim os pontos de vista moralistas e filosóficos.

A respeito das consequências que o indivíduo pode sofrer por transgredir uma regra moral, Durkheim as separa em duas espécies. Na primeira, a ação logo presume a punição. Como exemplo, ele fala da doença que podemos ter se não seguirmos algumas regras de higiene. Na segunda, a ação não antevê punição, como não matar, que é uma regra moral que tem sua repreensão e penalidade apenas posteriormente com a prisão. E por fim, estando ciente de que as características da moral durkheimiana colocadas até aqui não são únicas, Durkheim mostra a ligação entre elas e a noção de sagrado, na vida religiosa.

Assim, Durkheim, apontando a importância da sociedade para a constituição do que seja moral, dá uma explicação do seria o fato moral:

A moral começa, portanto, onde começa a vida em grupo, pois é aí apenas que o devotamento e o desinteresse adquirem sentido. Digo vida em grupo de maneira geral. Sem dúvida, há grupos diferentes, família, corporação, cidade (...) Basta marcar o ponto onde parece começar o domínio da vida moral, sem que haja nenhuma utilidade de nela introduzir no momento, uma diferenciação. Ora, ele começa desde que haja vinculação a um grupo, por mais restrito que seja. (DURKHEIM apud GIDDENS, 1978, p. 59).

Martins (2010) verificou, em contexto semelhante ao observado nesse estudo, que durante o tempo de ausência dos homens, as mulheres preferem não sair do espaço da propriedade familiar, evitam frequentar alguns espaços e manter contato com pessoas de má reputação, o que é considerado como viver numa prisão domiciliar, conforme trecho da entrevista a seguir:

Esposa de cortador de cana, sítio catolezinho relata: “É uma vida de prisão, a de esposa de cortador, somos apontadas na rua como ladrão, o povo fala: lá vem a mulher do cortador de cana o marido trabalhando e ela passeando”. O cotidiano das esposas na ausência dos homens, chefes de família, passa por uma grande vigilância familiar e social, a relação que a mulher “faz à prisão” é porque elas se sentem presas e controladas perante a falação do povo. (MARTINS, 2010, p. 10-11).

Outro caso observado, significativo para esta reflexão, é a de uma mulher com mais de 50 anos, mãe de cinco filhas solteiras. O marido migra todos os anos para cortar cana. Na ausência dele, ela é a “cabeça da roça”, conforme nos contou. Diz que gosta de trabalhar no roçado. E assim o faz mesmo quando o esposo está em casa. Quando ele e os filhos migram, segundo a vizinhança, mãe e filhas recebem visitas de amantes em casa. Todas as filhas são mães solteiras e não trabalham. Recebem a Bolsa Família e, às vezes, a pensão dos pais das crianças.

Assim como estes fatos são do conhecimento da vizinhança, dos parentes e da comunidade, os homens que estão em São Paulo também ficam sabendo do que acontece no lugar de origem, mesmo que seja apenas como boato. E da mesma forma, segundo as mulheres, elas também sabem o que eles fazem de “certo” ou “errado” em terras paulistas. O celular é o principal meio de circulação dessas informações. Elas confiam que os parentes e amigos que trabalham com os maridos e namorados vão lhes contar sobre possíveis amantes e até filhos destes.

No *tempo de ausência*, um dos mecanismos usados, desde 2008, tanto para manter a presença masculina na região de origem, quanto para se fazer possível a presença feminina na região de destino dos migrantes, é o aparelho celular. Estudos (MENEZES, 2002; SILVA, 2001) mostram que, na década de 1990, em migrações de curta e de longa distância, no Brasil, um dos mais importantes canais para a comunicação e construção de redes sociais era as cartas.

As correspondências enviadas pelos homens migrantes temporários na região de Ribeirão Preto-SP para mulheres do Vale do Jequitinhonha-MG versavam, entre outras coisas, sobre recomendações ao tratamento com o roçado e com os animais, ordens de venda ou não de animais, o valor da remessa de dinheiro enviada e o modo como deveria ser gasto. Nas respostas, elas tratavam de descrever como cumpriram o que lhes haviam determinado. Geralmente, essas cartas chegavam ou através dos

correios ou por meio de um parente ou conhecido, o que levava alguns dias. (SILVA, 2001, p. 10-11).

Na Paraíba, Menezes (2002), ao analisar dezenas de cartas que foram enviadas por migrantes que residiam no Rio de Janeiro a familiares e amigos do Município de Fagundes, também verificou que filhas e filhos migrantes de longa duração enviavam parcelas de dinheiro junto às orientações para gastá-lo. Neste caso, a maioria das cartas tinha as mães como destinatárias, o que revela a importância da posição social destas na ligação das redes de parentesco.

Diferentemente das realidades apresentadas nesses estudos, com a chegada da antena receptora do sinal de telefonia móvel da operadora TIM no Município de Tavares-PB, desde 2008, as mulheres passaram a se comunicar com os homens migrantes por meio de ligações e envio de torpedos diariamente. A utilização deste meio de comunicação, diariamente, serve tanto para o controle dos homens sobre as mulheres, quanto delas sobre eles, mas também como estratégia feminina para burlar o domínio masculino. Com as ligações e os torpedos constantes, elas vão “amansando”⁸ eles para conseguir o que querem.

Dessa forma, o aparelho celular, enquanto objeto, desempenha uma função mediadora como parte de uma rede de relações, onde não há somente um controle unilateral, isto é, o domínio exclusivo do homem sobre a mulher, o que há na verdade são relações entre homens e mulheres, no interior das quais vão se forjando estratégias e táticas de controle e resistência.

Recentemente, várias famílias do *sítio* têm adquirido e instalado em suas *casas* uma antena externa para celular que melhora a captação do sinal da operadora TIM, única disponível no município. Esta antena é ideal para ser utilizada em áreas rurais e pequenos municípios onde a cobertura das operadoras é insuficiente para fazer e receber uma ligação telefônica.

Conforme a ilustração abaixo, a antena é instalada na parte externa do telhado da *casa*, direcionada à torre mais próxima da operadora telefônica, e ligada a um

⁸ O verbo “amansar” é usado pelas mulheres para fazer uma analogia entre “amansar um animal bravo” e “amansar o marido”, referindo-se assim ao modo como conseguem a aceitação dos esposos para a realização dos desejos delas.

cabo que está conectado ao acoplador, específico por aparelho, que é ligado no celular, que fica no interior da *casa*.



Figura 2: Antena residencial da operadora telefônica TIM

O valor do equipamento varia bastante, por isso, os *canistas* o compram quando ainda estão *nas canas* e trazem para *casa* no fim da safra, pois, assim como os aparelhos de celular, o equipamento tem baixo custo em São Paulo. O interessante é que para a utilização do equipamento é preciso estar em *casa*. Assim, as *mulheres* devem sempre estar em *casa* quando o esposo e filhos ligarem do *corte de cana*, o que acontece em diversas horas do dia.

Segundo Eliane, o esposo liga, geralmente, pelo menos quatro vezes durante o dia: pela manhã, antes de sair para o trabalho; à tardinha, quando volta do *eito*; e duas vezes à noite, após o jantar e antes de dormir. Essa é uma forma de manter as filhas e esposas por mais tempo em *casa*, com o pretexto de que elas têm que esperar as ligações. É comum ouvir “Já vou que tá já na hora de fulano ligar” quando uma delas visita outra.

As mulheres que permaneceram na origem, veem-se diante de novas tarefas e responsabilidades, com a ampliação dos espaços domésticos que passa a abarcar também o roçado, bem como do papel de mãe que abrange, igualmente, o de pai, sendo mesmo comum as mulheres se referendarem enquanto *pais e mães*. Por outro lado, essa responsabilidade maior não é assumida de maneira completamente autônoma, uma vez que, em virtude da presença de artefatos tecnológicos, a exemplo dos telefones celulares, os homens tendem a atualizar o domínio sobre as mulheres, “vencendo” as distâncias geográficas, por meio de uma copresença social.

Por seu turno, as mulheres tem se engajado em práticas sociais que desafiam os papéis e estereótipos historicamente assumidos, levando-as a questionarem o lugar em que também historicamente se colocaram e a forjarem para si micros espaços de liberdade, o que tem sua contrapartida no fato de que, também nos espaços de destinos, os homens assumem papéis e funções tipicamente femininas, tais como lavar roupa, cozinhar, cuidar da casa etc., o que lhes abre a possibilidade de outro olhar sobre as diferenças de gênero.

Além do aparelho celular, onde especialmente esposas e maridos se falam quase todos os dias, e os que falam todos os dias se comunicam várias vezes ao dia, por meio de ligações e torpedos, está presente também o cartão da poupança no banco. Conversando com as mulheres, vi que todas recebem, por conta bancária, mensalmente, uma quantia: primeiro, é destinada às compras necessárias para a alimentação do mês; segundo, às despesas necessárias com o roçado e animais; terceiro, à compra de vestuário e calçado; e, por último, sem falta, à ser guardada na poupança para eventual necessidade por motivo de saúde e para algo que será comprado apenas quando os homens voltarem de São Paulo. Durante todo o ano, os casais, principalmente, vão planejando tais compras a serem feitas com o dinheiro que está na poupança, porém, antes da data da chegada deles, as mulheres, mesmo contendo em mãos o cartão da poupança, não podem acessá-lo.

Percebemos, então, que o celular e a conta bancária são elementos advindos dos processos de modernidade quem têm encurtado cada vez mais a distância feminina e masculina, tornando possível maior mobilidade entre os espaços, que se dá conta de uma migração temporária. No entanto, essa diminuição do espaço-tempo vem mostrar o quanto mulher do campo ainda é dependente do homem, que mesmo em sua ausência

não se reconhece como trabalhadora que complementa e torna possível esse tipo de migração.

3.5 – À espera dos *canistas*

“Quando chega o mês de vim... Nossa! Contagem regressiva”, diz Clara. Geralmente, os homens começam a voltar *das canas* a partir da segunda quinzena do mês de novembro, mas alguns só chegam na véspera da noite de natal, em dezembro. Tudo vai depender do término do trabalho no canavial e o pagamento dos honorários de fim de contrato pelas usinas.

A espera é tanto perpassada por sentimentos de medo/insegurança, como também por esperança e alegria. São inúmeras e bastante significativas as situações de medo e insegurança que as mulheres desejam a presença do pai ou do esposo, como no nascimento dos filhos, na doença ou morte de familiares, nas dificuldades financeiras e em situações de perigo (violência, roubo, assassinato).

Maria lembrou o período de dificuldades que viveu durante a migração do seu esposo, Davi, há alguns anos. O esposo sofreu um acidente *nas canas*. Maria e os filhos quase passaram fome e ainda sofriam com a onda de assaltos a animais na região.

Ele mandava dinheiro, mas deixou de mandar. Mas ele num tava pudeno, né? Ai, eu digo: Mais meu Deus, a pessoa tá só esperando. É ruim a gente esperar. Não é verdade? Aí, eu disse: Jesus. Eu tenho fé em Deus que Jesus vai me dar coragem e vai me mostrar qualquer serviço. Pode ser de lavação de roupa. O serviço que for, eu vou fazer. Tiana que mora na *rua*. Ela é muito boa. Lavava [a roupa] dela. Eu ia todo dia pra casa dela. E é longe. Uma hora daqui lá. Queria que você visse. E eu ia ajudar ela. Todo dia pra casa dela. Aí no outro dia, eu ia lavar os pano dela. E quando eu ia todo dia, era pa roça. Eles quebrava os milho, aí eu ia catar aqueles milho. Ia aproveitando de espiga em espiga. Quando era no final... quando era na segunda-feira, eu tava com meus dois saco de milho aí. Quando num era dois saco, era três, acredita? Eu ia pra Pitomba. Como daqui na Serrinha, eu ia aproveitar milho. O povo quebrava os milho pra eles e eu ficava aproveitando. Eu não gostava de ficar parada. (...). Uma vez, Tiana me deu um saco de milho. (...). Aí, quando foi outa vez, Tiana me deu uma cabrita. Aí, eu criei. Aí, toda vez que eu ia pa roça e quando eu vinha, trazia vassoura. O povo já me chamava de “Maria vassoura”. Se eu fosse ver água, era a lata na cabeça, o menino numa mão e as vassoura na outa. (...). Teve um tempo, que se deixasse uma cabra, o povo já vinha e já carregava. Podia ser o que fosse, tanto podia ser gado, como ser bode.

Teve uma noite que eu peguei cinco saco de plástico e emendei, costurei com a agulha. Aí, minha filha, fui pulir as taquara. Peguei umas lata de areia. Carreguei sabe quantas lata de areia? Doze lata de areia na cabeça e butei no quarto pra botar o bode dentro. Daquele saco de butar milho e feijão. Aí, butava os bicho pra dormir dento de casa. Aí, no outo dia, tirava aquela areia todinha pra fora pa secar. Aí, quando era de tarde, butava de novo dento de casa. (Entrevista com Maria, auxiliar de serviços gerais, domestica, mãe e esposa e migrantes, em Tavares, agosto de 2009).

O período de dificuldades de outrora, quando o esposo migrava, estimulou Maria a buscar outras fontes de sobrevivência e de proteção. É curioso escutá-la dizer, de uma maneira tão tranquila aparentemente, que o marido é quem a *ajuda*. Sem dinheiro, sem emprego e sem a presença do marido, Maria procurou trabalhar para conseguir o alimento diário, fabricou objetos que pudessem lhe render algum trocado necessário e inventou formas de proteger a família e o seu pequeno patrimônio.

Com o passar dos anos, Maria diz que a família percebeu que não era mais preciso Davi migrar *pras canas*, pois Maria havia conseguido emprego fixo como auxiliar de serviços gerais na escola municipal do *sítio* e continuou desenvolvendo, diariamente, diversas e inúmeras tarefas em *casa* e na *roça*, o que ela enfatiza bastante, mostrando-se muito ativa frente às experiências vivenciadas desde jovem.

Aí, minha fia, minha vida é essa. Só vivo trabalhando, só vivo trabalhando. Tem vez que tem gente que diz assim: “Mas, Maria mulher. Tu trabalha muito. Trabalha na roça, trabalha... Graças a Deus a gente trabalha de roça e tem do que viver. Graças a Deus, eu tenho esse meu emprego. Graças a Deus. Eu agradeço todo dia, minha fia. Por que antes de eu ter esse serviço, eu trabalhava que só. Nunca gostei de tá assim parada, num sabe? Eu manhecia o dia, quando eu tinha Danilo e meu irmão, que com oito ano veio morar mais eu... Aí, eu manhecia o dia, minha fia... Hoje não, que hoje todo mundo tem o que comer... era uma situação difícil. (Entrevista com Maria, auxiliar de serviços gerais, domestica, mãe e esposa e migrantes, em Tavares, agosto de 2009).

Maria se viu “sozinha” sem o marido e percebeu que não deveria mais *esperar* apenas por ele. Foi preciso trabalhar, e trabalhar muito, o que ela reconhece como tal. Demonstra que ela e os que estão à sua volta reconhecem o seu imenso esforço nas tarefas que realiza, o que parece lhe dá uma sensação de alegria e gratidão por poder confiar no seu próprio trabalho, sem excluir a *ajuda* do esposo.

Esperar os *canistas* não se constitui uma simples forma passiva de viver das mulheres até a volta deles, mas ser ativa frente à necessidade de mover-se para assumir

papéis, responsabilidades e atividades que não podem parar na *ausência* dos homens migrantes. E não só por isso que eles fazem falta a elas. Faz falta o esposo como amante da esposa, como cúmplice, amigo e companheiro, seja para resolver tantas coisas, seja para bater um papinho à noite, na cama, além dos carinhos.

Sinto falta de tudo... tudo. Num vô dizer que é pela falta de dinheiro, né? Por que eu tenho o meu salário e o meu dá. Mas, a gente se sente sozinha. Eu sinto mais falta de conversar na hora da comida. (pedagoga, mãe, esposa de migrante).

Um dos maiores questionamentos é a cerca do que ocorre com essas mulheres no retorno dos homens ao lugar de origem: Será que, apesar dos conflitos e diferenciações entre si, o controle constante dos homens por meio do celular e do olhar da parentela não permitem que ocorram mudanças que gerem mais autonomia para essas mulheres? Será que esses *tempos de ausência e presença* dos homens não promovem consequências entre si?

A princípio, parece que nada se transforma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tanto caminhar, algumas vezes quase parando, poderia dizer que esta dissertação de mestrado chega ao seu fim, mas, na verdade, quero dizer que estamos apenas começando, pois queremos que este seja a abertura de discussões bem mais amplas sobre relações de gênero em famílias que vivenciam o processo migratório.

O processo das migrações permanentemente temporárias é cíclico e se repete periodicamente, porém, se transforma e transforma cada membro da família do migrante a cada “nova” migração. Isso acontece por que a migração está presente, de forma particular, em todas as fases da vida da família. Migra-se com os pais, antes da idade escolar; migra-se sozinho, quando ainda jovem, para trabalhar; migra-se para estudar, financiada/o com o dinheiro *das canas*; migra-se para casar com migrante; migra-se com o marido e filhas/os; migra-se junto com os filhos para trabalhar; para-se de migrar para que os filhos migrem; e, na maioria das vezes, nunca se migra para que pai, irmão, marido e/ou filhos migrem.

Neste trabalho, objetivamos contribuir, de algum modo, para os estudos das relações de gênero no contexto das migrações internas no Brasil, onde mulheres e homens se “unem” para “se separar” num projeto anual que desconfigura a maioria papéis e/ou funções pré-estabelecidos e aceitos para cada gênero nas relações que devem ser mantidas nos diversos âmbitos, como em casa, no trabalho, nos espaços públicos. Para tanto, observamos famílias de uma localidade onde pelo menos um membro de cada família passou pela experiência de migrar *pras canas*, além de outras migrações, o que nos proporcionou perceber que a compreensão de todo esse processo estava bem mais que além do horizonte que buscávamos ver e apalpar.

Nos casos analisados, trouxemos à tona como esse processo vem provocando a emancipação feminina, onde cada mulher segue o seu ritmo, o seu tempo, como, por exemplo, quando não veio o dinheiro *das canas* e foi preciso Maria buscar formas de sobrevivência para si e seus filhos através do próprio trabalho; ou quando

simplesmente Celina disse que não queria mais cuidar “sozinha” da roça enquanto o esposo e os filhos estivessem *nas canas*.

A partir de objetos da modernidade como o telefone celular, que mantém sempre alerta e vigilante a rede de relações que sustenta esse processo, mulheres e homens vão engendrando formas viver e conviver entre dois espaços, alternando entre a presença e a ausência masculina. Entretanto, percebemos que a dominação dos homens ainda prevalece de forma visível, enquanto são criadas, “silenciosamente”, tanto maneiras de burlar, de resistir, como também de assumir o domínio.

O caminho trilhado durante a pesquisa procurou nas minúcias do cotidiano “solitário” feminino enxergar microformas de resistência na relação conjugal, mas perdeu, algumas vezes, o foco necessário para a análise do fenômeno. Os dados da pesquisa mostraram, e ainda vão mostrar, bem mais do que os olhos desta pesquisadora conseguiu enxergar.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: Com-arte, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003 [1990].

_____, **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: GUACIRA, L. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-174.

_____, **Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault**. In: BENHABIB, S. & CORNELL, D. (orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 139-154.

CARDOSO, Ruth. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método (1986)**. In: DURHAM, E... et al CARDOSO, R. (orgs.). *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CARNEIRO, Maria José. **Descendentes de suíços e alemães de Nova Friburgo: de ‘colonos’ a ‘jardineiros da natureza’**. In: GOMES, A. C. (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

_____. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1998a.

COVER, Maciel. **O “tranco da roça” e a “vida no barraco”: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro**. Campina Grande-PB: UFCG, 2011. (Dissertação de Mestrado).

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Determinação do Fato Moral**. In: *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Forense, 1970. (1906).

ERICKSON, F. **What makes school ethnography “ethnographic”?** *Anthropology and Education Quarterly*, v. 15, p. 51-66, 1984

EVANS-PRITCHARD, (1976) Edward E. **Bruxaria, Magia e Oráculos entre os Azande**. Barcelona: Anagrama, 2005.

FERREIRA, M.M.; & AMADO, J. (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de Redação da Folha de São Paulo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2001.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero/ Brasília: CNPq, 1989.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GODOI, Emília Pietrafesa de, MENEZES, Marilda Aparecida de, & MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A Morada da Vida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz & GARCIA Jr., Afrânio. **Trabalho familiar e campesinato**. In: América Latina, Ano 14, (1-2), jan/jun, 1971.

MALINOWSKI, B, **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo de O Estado da Folha de São Paulo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. Loyola, São Paulo, 1996a.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa-PB: EDUFPB, 2002.

MENEZES, Marilda. **Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho**. Dissertação de Mestrado. UFCG, 1985.

MiNDiCH, David. **Just the facts: how “objectivity” came to define American journalism.** Nova York, New York University Press, 1998.

NOVAES, José Roberto Pereira. **Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 167-177, jan./abr. 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir. Escrever.** Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 1996, v.39 n°1.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Reengenharia do tempo.** Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a Categoria Mulher.** In L. M. Algranti (org.) A Prática, Feminista e o Conceito de Gênero, *Textos Didáticos*, n.48. Campinas: UNICAMP, 2002.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo.** [ONG SOS Corpo (Recife), trad.] In: REITER, Rayna. (org.). *Toward an anthropology of women.* New York: Monthly Review Press. 1975.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Campina Grande: Revista Raízes, v. 21, n° 01, p. 10-31, jan/jun. 2002.

_____. **Los dominados y el arte de la resistência.** México: Ediciones Era, 2002.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2. p. 5-22. Jul/dez, 1990.

SCOTT, R. Parry, CORDEIRO, Rosineide & MENEZES, Marilda. **Gênero e Geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, R. Parry. **Mulheres chefes de família: abordagens e temas para as políticas públicas.** In: Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto: MG: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002.

_____. **Migrações inter-regionais e estratégia doméstica.** In: Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.3 n. 1, p. 101-106, jan/jun, 1986.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural.** Campina Grande/PB: UFCG, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Marcelo Saturnino, & LUCAS, Maria Marília Vieira. **O cotidiano das esposas dos trabalhadores migrantes nordestinos: entre a dominação e a resistência.** In: XXVIII Congresso Internacional da Alas, 2011, Recife/PE. Anais.

SILVA, Marcelo Saturnino, & MENEZES, Marilda Aparecida. **Homens que migram, mulheres que ficam: cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares-PB.** In: *Gênero e Geração em contextos rurais/*

organizadores: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes, MELO, Beatriz Medeiros de, & APPOLINÁRIO, Andréia Perez. **Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas.** In: *Gênero e Geração em contextos rurais*/ organizadores: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Cortadores de cana e os (não) direitos.** In: Travessia. São Paulo: CEM, maio-agosto, 2008, p. 26-36.

_____. *A terra no imaginário dos migrantes temporários.* Revista História Oral, n. 4, p.103-120, 2001.

_____. *Errantes do Fim do Século.* São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SORJ, Bila. **O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade.** In: Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

TRAVANCAS, Isabel. **Jornalistas e Antropólogos – semelhanças e distinções da prática profissional.** XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – p. 1-5, set, 2002.

TOUTTIER-BONAZZI, Chantal de. **Arquivos: propostas metodológicas.** In: Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**/Tradução Roberta Ceva. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo, Brasília: Hucitec, EdUNB, 1995.

WOORTMANN, Klass. **Migração, Família e Campesinato (1990).** In. WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.* Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

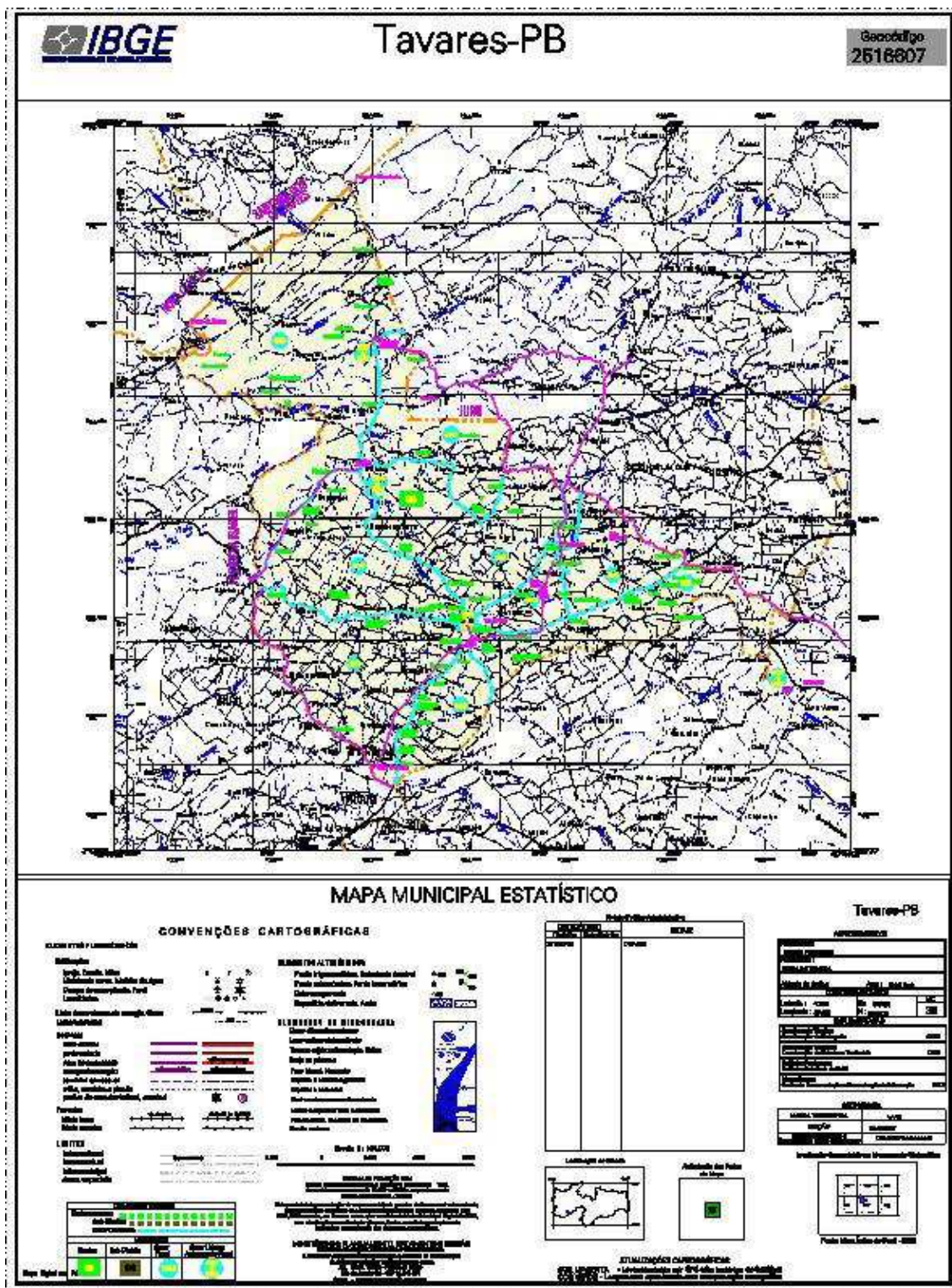
SITES:

www.palmares.ogr.br

www.ibge.gov.br

ANEXO

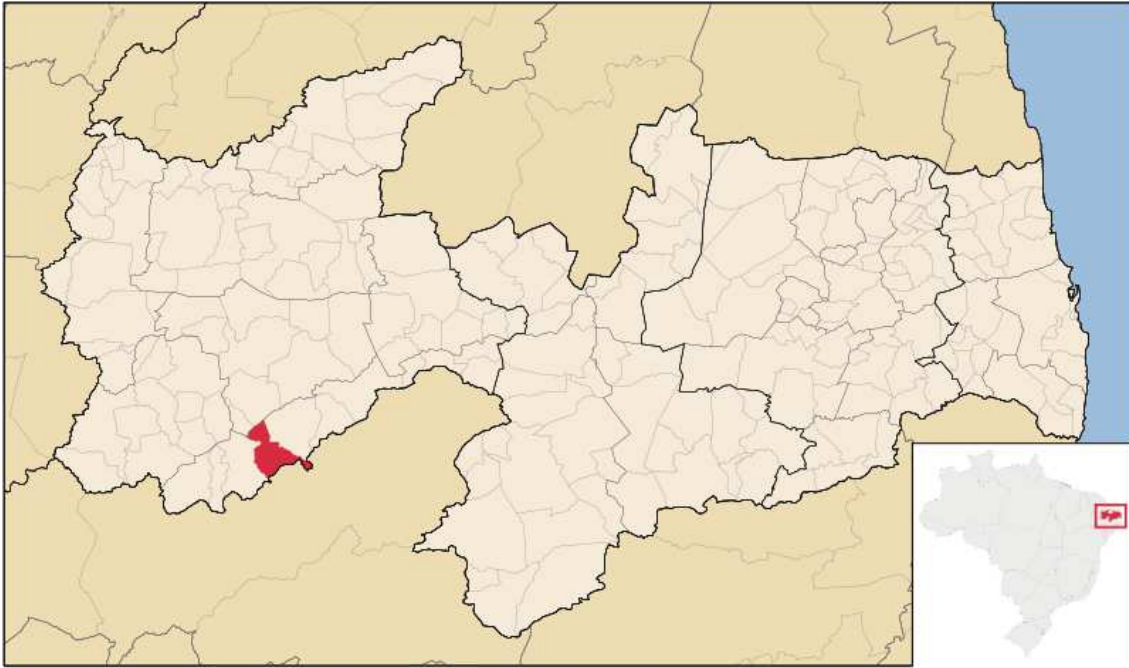
ANEXO A – Mapa municipal estatístico de Tavares.



Para melhor visualização do mapa, segure a tecla Ctrl e clique no link abaixo:

[Mapas\Mapa de Tavares.pdf](#)

ANEXO B – Mapa de localização do Município de Tavares no Estado da Paraíba.



ANEXO C – Mapa de localização da Microrregião da Serra do Teixeira no Estado da Paraíba.

